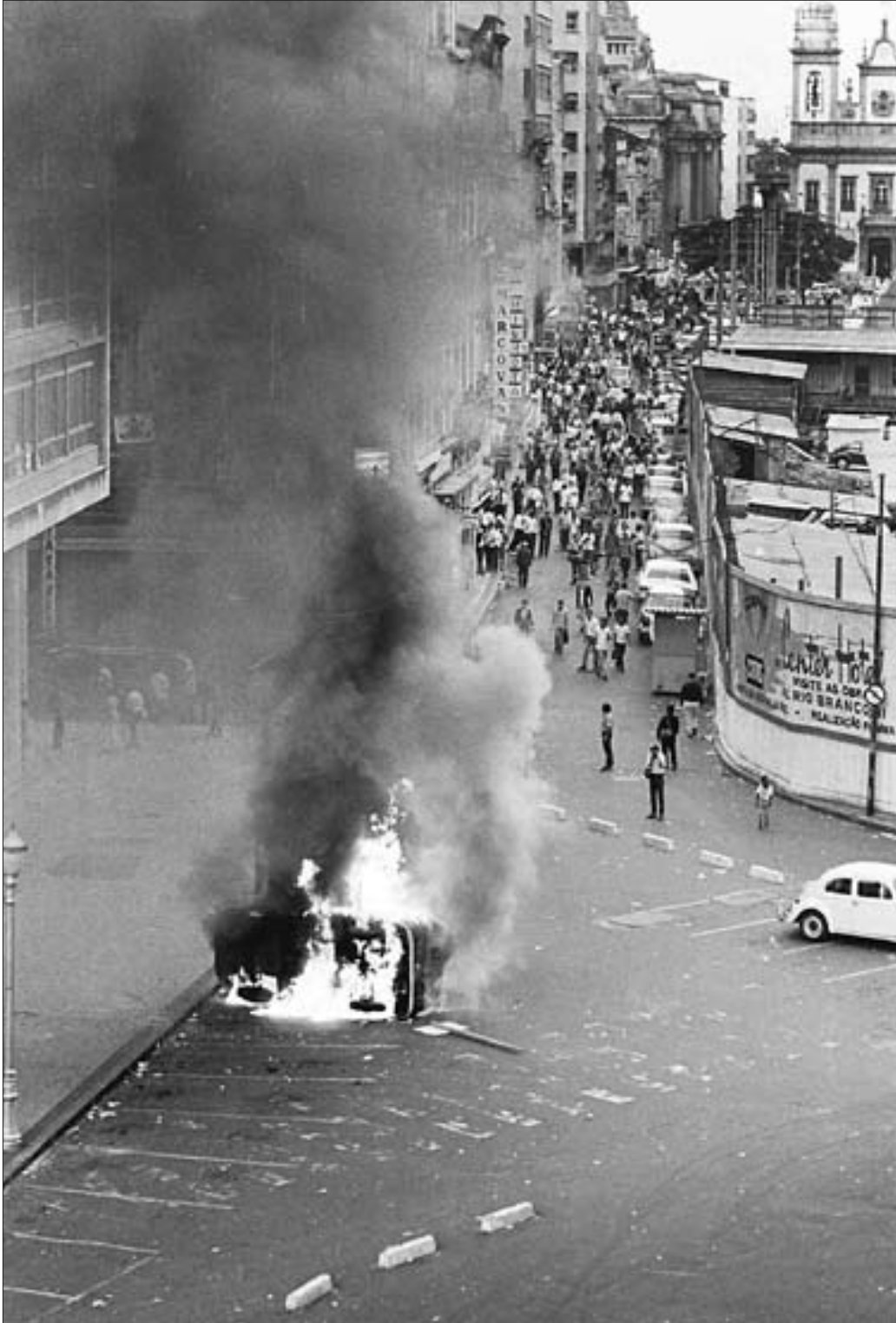


RUBENS/CPDOC JB



Conflito entre estudantes e Polícia Militar do Rio de Janeiro, em junho de 1968, às vésperas da Marcha dos Cem Mil: pressão dos movimentos sociais teve resposta autoritária do governo

AI-5 faz 40 anos: por que o governo fechou o Congresso?

páginas 8 e 9

Relator quer mudar norma para socorro a empresas

Alteração em estudo na MP 443 visa restringir a atuação da Caixa Econômica Federal na assistência financeira a empresas de construção civil – um dos pontos questionados durante a tramitação da matéria na Câmara dos Deputados.

página 3

Fim de impasse pode acelerar decisão sobre o Orçamento

A decisão do governo de adiar para o próximo ano o cumprimento de regras estabelecidas no novo sistema para liberar e monitorar os repasses federais destravou o exame da proposta orçamentária para 2009. Na semana passada a Comissão de Orçamento concluiu o exame dos relatórios setoriais e até o dia 17 deve votar o relatório final de Delcídio Amaral (foto).



JOSÉ CRUZ

página 4

cidadania

É possível trocar o nome que causa constrangimento

Como nem sempre os cartórios seguem a Lei de Registros Públicos, é comum encontrar pessoas com nomes que lhes causam constrangimento. O *Especial Cidadania* mostra os requisitos legais para os interessados em contornar esse problema.

página 16

empresas

Microempreendedor deve ter facilidade para deixar de ser informal

página 7

petróleo

Volatilidade dos preços, ameaça à riqueza do pré-sal

página 10

aposentados

Paim comemora força do movimento para recompor benefícios

página 2

inclusão

Semana de atividades mostra os desafios da pessoa com deficiência

página 12

e mais...

AGENDA

Página 2

AMBIENTE LEGAL

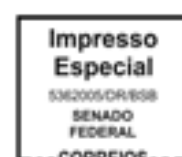
Página 5

VOZ DO LEITOR

FRASES

PERGUNTE AO SENADOR

página 15



debates

Paim agradece apoio a vigílias por aposentados

Senador diz que recebeu grande número de cartas, telefonemas e e-mails em apoio ao movimento de senadores pela correção de aposentadorias e pensões

Emocionado, o senador Paulo Paim (PT-RS) agradeceu, na última sexta-feira, o grande número de cartas, telefonemas e e-mails que tem recebido em apoio ao movimento de senadores, que inclui vigílias no Plenário do Senado, em favor de três propostas que beneficiam aposentados e pensionistas.

Paulo Paim leu cartas que recebeu, como a que classifica de "apropriação indébita" o fator previdenciário. Entre as propostas que têm levado senadores a vigílias, está o PLS 296/03, de Paim, que tramita na Câmara como PL 3.299/08 e trata do fim do fator previdenciário (que, conforme o senador, confisca cerca de 40% do salário no ato da aposentadoria). Outra é o PLC 42/07, que institui uma política de reajuste do salário mínimo e que, por emenda de Paim, estende aos aposentados do Instituto Nacional do Seguro



Representantes de aposentados e pensionistas na terceira vigília no Plenário do Senado, na última terça-feira: mobilização vem acontecendo uma vez por semana

Social (INSS) os mesmos índices de reajuste concedidos ao salário mínimo. A terceira é o PLS 58/03, também do senador, que institui a correção dos benefícios para recuperar o poder aquisitivo da época em que foram concedidos.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) também discursou em defesa dos aposentados e fez um alerta ao presidente Lula.

– Se ele não resgatar seus compromissos com os velhinhos, irão chamá-lo de caloteiro.

José Nery critica instalação de usina que vai usar carvão vegetal

O senador José Nery (PSOL-PA) condenou a decisão da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) de instalar, no Pará, usina termoeletrica (UTE) que terá como fonte de energia o carvão vegetal. Segundo ele, esse é "o mais sujo dos combustíveis fósseis que o mundo conhece", e a instalação da usina será um dos mais "danosos" empreendimentos econômicos no estado. Conforme informou Nery, a licença prévia para a UTE de Barcarena já foi concedida à "poderosa Vale" pelo Conselho Estadual de Meio Ambiente do Estado do Pará (Coema). O senador disse que o Ministério Público Estadual do Pará (MPE) já se pronunciou contra o empreendimento.

Simon manifesta esperança no governo de Barack Obama

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou ter grandes esperanças no governo do presidente eleito dos Estados Unidos, Barack Obama, que assumirá o cargo em 20 de janeiro. Ele disse esperar algumas iniciativas de Obama, entre elas o fim da guerra no Iraque, o término do bloqueio econômico a Cuba, o fechamento da prisão norte-americana localizada em Guantánamo (Cuba) e o fim da Quarta Frota da Marinha norte-americana, recriada pelo presidente George W. Bush.

Simon também defendeu em Plenário que o PMDB lance candidatura própria para disputar a Presidência da República em 2010. "Dizer que não tem candidato é piada", ressaltou.

Pesquisa mostra necessidade de mudar tramitação de MPs

Os resultados da pesquisa de opinião "O Cidadão e o Congresso Nacional", realizada pelo DataSenado, foram informados em Plenário na última sexta-feira pelo senador Mão Santa (PMDB-PI). Ele destacou que os entrevistados revelam que querem mudanças na regra das medidas provisórias [MPs], pois 57% deles defendem alteração da norma que estabelece prioridade às MPs e o conseqüente poder de trancar a pauta da Casa.

Segundo 96% das pessoas

consultadas, o Legislativo também deve avaliar se o conteúdo das MPs é realmente urgente e relevante e, na opinião de 72%, cabe ao Poder Legislativo a elaboração de leis.

Os resultados mostram também uma melhor avaliação dos trabalhos dos senadores e do Senado. Numa escala de zero a dez, o desempenho dos senadores recebeu nota 5,6 dos entrevistados. Em março, a nota foi de 4,8; em junho, de 5,1; e, em agosto, de 5,2.

Encontros de magistrados em Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) registrou a realização, em Roraima, do 1º Encontro dos Magistrados Estaduais da Região Norte e do 3º Encontro de Aperfeiçoamento dos Magistrados de Roraima.

– Os eventos têm um significado muito importante para a magistratura da região Norte, uma região relegada ao segundo plano.

Conferência de Segurança Pública

Presidentes dos três Poderes reúnem-se nesta segunda-feira, no Palácio do Planalto, para o lançamento da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, para integrar a sociedade civil e o poder público no combate à violência. O presidente do Senado, Garibaldi Alves, lembrou que a insegurança está, hoje, entre as três maiores preocupações do povo brasileiro.

Renan destaca leis em benefício das pessoas com deficiência

Renan Calheiros (PMDB-AL) disse que nunca a pessoa com deficiência apareceu tanto e tão bem na sociedade, mas lamentou que ainda seja discriminada no seu acesso à educação, ao trabalho e ao lazer. Ele lembrou o Dia Internacional dos Portadores de Deficiência, em 3 de dezembro, e ressaltou que os avanços obtidos por estas pessoas só foram possíveis graças

ao trabalho do Congresso.

O senador listou as leis aprovadas pelo Senado que melhoraram a situação dos portadores de necessidades sociais, como a Política Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, em 89, e, em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social, que estabelece normas para atendimento às pessoas com deficiência.

comissões

Terça-feira

10h – TURISMO

Centro-Oeste – A criação do Fundo de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste é tema de debate com os governadores do Distrito Federal, José Roberto Arruda; de Goiás, Alcides Rodrigues Filho; de Mato Grosso, Blairo Maggi; e de Mato Grosso do Sul, André Puccinelli.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

IRPF – Na pauta, projeto que inclui a carne suína na lista de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

10h – RELAÇÕES EXTERIORES

Calote – Audiência pública para tratar dos empréstimos concedidos pelo BNDES a países da América do Sul e as providências a serem adotadas pelo governo brasileiro diante do possível não-pagamento desses empréstimos. Foram convidados o

ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e o vice-presidente do BNDES, Armando Mariante Carvalho.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Saneamento – Na pauta, projeto que determina que o planejamento da prestação de serviços de saneamento básico inclua sistemas de redução da velocidade de escoamento de águas pluviais.

14h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Sistema financeiro – Audiência pública debate projeto que regulamenta o sistema financeiro nacional e proposta que trata da nomeação e demissão do presidente e diretores do Banco Central. Foram convidados os economistas Paulo Nogueira Batista Jr., da Fundação Getúlio Vargas; Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, da Universidade de Campinas (Unicamp); e o secretário de Fazenda do Rio de Janeiro, Joaquim Vieira Ferreira Levy.

Quarta-feira

8h45 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Medicamento – Em exame, projeto sobre a inclusão de requisito para a concessão de registro sanitário de medicamento ou de princípio ativo.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Concurso público – Na pauta, proposta que determina a estadualização da realização das provas de concursos públicos para cargos federais.

10h – RELAÇÕES EXTERIORES

Embaixadas – A comissão analisa indicações presidenciais para exercer o cargo de embaixadores do Brasil em diversos países: na Alemanha (Everton Vieira Vargas); Itália, San Marino e Albânia (José Viegas Filho); na Coréia (Arnaldo Carrilho); e na Cidade do Vaticano e Malta (Luiz Felipe de Seixas Corrêa).

plenário

Segunda-feira

anos da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC).

14h – Sessão não-deliberativa

14h – Sessão deliberativa

Terça-feira

Quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

O primeiro item em pauta é a MP 443/08, que autoriza o Banco do Brasil e a Caixa a adquirirem participação em outros bancos.

Rede Sarah – Comemoração dos 48 anos de fundação da rede.

Quarta-feira

Sexta-feira

PUC-MG – Homenagem aos 50

9h – Sessão não-deliberativa

10h – ASSUNTOS SOCIAIS

Aids – Debate sobre o projeto de prevenção da transmissão materno-fetal do vírus da Aids, implantado em 2002 em Angola, na África, com a presença do infectologista David Everson Uip e do

especialista em Neurologia Clínica do Hospital Sírio-Libanês (SP), Rogério Tuma.

14h30 – REGIMENTO DO SENADO

Mudança – Debate de propostas para revisão do Regimento Interno.

crise

Senado deve alterar a MP dos bancos oficiais

Medida dá à Caixa e ao Banco do Brasil possibilidade de comprar bancos e até mesmo empresas, como remédio para combater crise internacional

A mais polêmica das medidas provisórias editadas para enfrentar a crise financeira internacional, autorizando a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil a adquirirem participação em instituições financeiras públicas ou privadas sediadas no país (MP 443/08), também pode sofrer mudanças no Senado. As alterações que o relator, Valter Pereira (PMDB-MS), deve propor só estarão concluídas nesta segunda-feira, quando a MP passa a trancar a pauta de votações da Casa.

Algumas delas irão melhorar o texto aprovado na Câmara, transformado no Projeto de Lei de Conversão 30/08. Outras tratam de pleitos novos que ainda estão sendo estudados (ver nesta página).

Uma das providências, entre as já acertadas pelo senador, é fazer com que a participação da Caixa em empreendimentos imobiliários, por meio da subsidiária autorizada pela MP 443 (a Caixa Banco de Investimentos S.A., chamada de CaixaPar), seja feita por meio de debêntures conversíveis em ações exclusivas do empreendimento imobiliário desenvolvido em associação com a iniciativa privada.

Essa medida seria mais um freio para assegurar a atuação temporária e direta da Caixa Econômica no setor da construção civil, um dos pontos nevrálgicos apontados na MP durante sua tramitação na Câmara.

Os protestos continuaram mesmo com as alterações votadas pelos deputados, no último dia



Valter Pereira, relator da MP: preocupação dos senadores é restringir margem de atuação da Caixa

12 de novembro, para restringir a atuação da Caixa, como a que estabeleceu prazo até 30 de junho de 2011 (prorrogável por mais um ano) para essas operações, limitadas às compras de debêntures de empreendimentos tocados por empresas de sociedade de propósitos específicos (SPE), uma espécie de consórcio.

O governador de São Paulo, José Serra, disse, após audiência no Palácio do Planalto no final de novembro, que a resistência do PSDB em votar a MP 443 era sobre a possibilidade de a CaixaPar comprar empresas de construção e do setor imobiliário.

Representantes da construção civil voltaram à carga no Senado. Em recente reunião com Valter Pereira, a presidente da Caixa, Maria Fernanda Ramos Coelho, revelou a disposição da instituição de evitar a participação direta no

capital de construtoras e incorporadoras.

Toda essa movimentação resultou em um comunicado do banco na semana passada a empresários do setor da construção. Mesmo sem a aprovação da MP, a Caixa já descartou essa participação direta nos empreendimentos, preferindo socorrer o setor por meio de uma linha de crédito de capital de giro de R\$ 3 bilhões (com recursos provenientes das cadernetas de poupança), montante equivalente

ao que foi autorizado pelo Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) na terça-feira, com o objetivo de dinamizar os negócios e o emprego na construção civil.

Com esse acerto entre a Caixa Econômica e os empresários do setor, o relator, segundo sua assessoria, deve manter outros dispositivos do projeto de conversão relacionados à atuação do banco aprovados na Câmara.

A pressão dos empresários sobre os congressistas se baseava na avaliação de que a Caixa aproveitaria a crise internacional para ampliar seus poderes e promover a reestruturação do setor. Considerada estratégica para sustentar a oferta de emprego, especialmente por absorver mão-de-obra de baixa qualificação, a construção civil foi atingida em cheio pela escassez de crédito no país.

Relator terá de corrigir benefício dado a call centers

Novos pleitos, correções no texto e divergências dentro do próprio governo vão exigir empenho e articulação dos líderes partidários para assegurar a aprovação da MP 443 esta semana. Com prazo exíguo para exame e votação pelo Senado, a medida provisória, cuja vigência vai até 20 de dezembro, ainda terá de retornar à Câmara em função das modificações que devem ser propostas pelo relator.

Um equívoco na interpretação da Câmara, por exemplo, restabeleceu benefício fiscal na área do Imposto de Renda às empresas de call center, o que a Receita Federal já avisou que não aceita. O mesmo benefício havia sido incluído na MP 428/08, que estabeleceu vários incentivos fiscais às empresas, dentro da Política de Desenvolvimento Produtivo, lançada pelo governo em 12 de maio, também chamada de PAC da Indústria.

Isso acarretou veto presidencial

a todo o artigo que visava estimular as empresas que atuam no desenvolvimento de *softwares*, que estariam autorizadas a abater em dobro os gastos com capacitação de pessoal. Esse estímulo foi reintroduzido na Câmara, no bojo da MP 443. Só que o relator, deputado João Paulo Cunha (PT-SP), entendeu que havia confusão no veto e restabeleceu o texto original da emenda, incorporando o benefício às empresas de call center.

Além de corrigir problemas como esse, o senador Valter Pereira terá de bater o martelo sobre os pleitos que chegaram ao seu gabinete na semana passada. Os bancos pediram para incluir na MP autorização de uma nova modalidade de letra bancária do mercado imobiliário. Segundo sua assessoria, o relator irá avaliar

se parte dessa captação poderia ser direcionada para a construção civil.

Já o presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Luiz Cláudio Marcolino, solicitou ao senador que incluía dispositivo para evitar demissões, mesmo que temporariamente, nesse momento em que há transferências de carteiras e aquisições de bancos menores. Só em São Paulo, mais de mil bancários foram demitidos nos últimos três meses,

pelos cálculos do sindicato. Outro pleito é a autorização legal para que 11 entidades financeiras possam ser ressarcidas pelo Tesouro, eliminando em seus balanços pendências de cerca de R\$ 300 milhões do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS).

Bancos e bancários encaminham reivindicações ao relator



CÉLIO AZEVEDO

Sede da Caixa Econômica Federal, em Brasília: banco já descartou participação direta em empreendimentos e socorrerá as empresas com linhas de crédito

BC ganha mais força com medida aprovada em Plenário

A medida provisória (MP 442/08) que aumenta as possibilidades do Banco Central de socorrer instituições financeiras em dificuldade, editada pelo governo em decorrência da crise econômica internacional, foi aprovada pelo Plenário do Senado, com a redação dada pela Câmara dos Deputados, que a transformou no Projeto de Lei de Conversão 29/08. O texto vai à sanção.

O relator, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), considera que a medida – que dispõe sobre operações de redesconto pelo Banco Central e autoriza a emissão de letra de arrendamento mercantil (LAM) – dá maior liquidez ao sistema financeiro e elimina procedimentos burocráticos.

A grande polêmica em Plenário foi em relação ao artigo



J. FREITAS

Para Dornelles, a medida dá maior liquidez ao sistema financeiro e reduz a burocracia no setor

6º do PLV, uma modificação introduzida pela Câmara dos Deputados. O artigo impede o registro em cartórios de arrendamentos mercantis (*leasing*) de veículos automotores, como carros e motocicletas. Fica valendo apenas o registro nos respectivos departamentos de trânsito (Detrans) estaduais.

Congresso autoriza créditos no valor de R\$ 5,2 bilhões

O Congresso Nacional aprovou, na quinta-feira, nove projetos de lei de créditos suplementares e nove de créditos especiais no valor total de R\$ 5,2 bilhões.

O valor mais elevado – de R\$ 1,05 bilhão –, foi liberado para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Constavam da pauta 24

itens relativos a abertura de créditos orçamentários, mas seis deles não foram votados por decisão dos parlamentares da oposição.

Um dos projetos que teve seu exame suspenso destinava R\$ 14,2 bilhões para a União participar do fundo que gerenciará o Fundo Soberano do Brasil. O projeto que cria o FSB tramita no Senado.

comissões



JOSE CRUZ

Delcídio, relator-geral do Orçamento, celebra "sensibilidade" do governo por empenhar em dezembro os recursos que irão ajudar novos prefeitos

Adiamento de nova regra para convênios põe fim a impasse

Dificuldade de vários municípios para realizar procedimento pela internet ameaçava prejudicar as emendas ao Orçamento

Com a decisão do governo de adiar para 2009 o cumprimento das regras estabelecidas pelo novo sistema para liberar e monitorar os repasses federais a estados, municípios e organizações não-governamentais, o Sincov – Sistema Nacional de Convênios –, foi superado o impasse que ameaçava atrasar a votação do Orçamento do próximo exercício.

Parlamentares, prefeitos e até ministros estavam pressionando para evitar que os desembolsos de recursos provenientes de emendas individuais, deste fim de ano, fossem condicionados à aplicação das normas do Sincov, em

vigor desde setembro. Embora o sistema seja necessário, inclusive para garantir maior transparência aos convênios celebrados com a União, o senador Delcídio Amaral (PT-MS), relator-geral do Orçamento, comemorou a "sensibilidade" do governo por empenhar em dezembro os recursos que irão ajudar os novos prefeitos.

Grande parte dos municípios ainda enfrenta problemas para cumprir as novas regras, agora totalmente pela internet. Desde a apresentação dos projetos até a prestação de contas, tudo deve ser feito por meio do Portal dos Convênios. Isso também vale para os estados e entidades privadas.

CMO conclui relatórios setoriais e deve votar Orçamento no dia 17

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) concluiu na quinta-feira, em tempo recorde, a votação dos dez relatórios setoriais ao projeto orçamentário de 2009. Nesta semana, a comissão deve votar o ajuste à reestimativa de receita, em razão do cenário macroeconômico projetado para o próximo ano, que prevê menor crescimento da economia (queda de 4,5% para 4%). O deputado Jorge Khoury (DEM-BA) deve propor em seu novo relatório um corte líquido de cerca de R\$ 1,2 bilhão sobre o valor dos gastos proposto pelo Executivo. O ajuste total chegaria a R\$ 9 bilhões, dos

quais R\$ 7,8 bilhões seriam remanejados para atender emendas, e o restante seria corte efetivo. O relator-geral, Delcídio Amaral, deve entregar o seu parecer final à comissão até a próxima segunda-feira. De acordo com o deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS), presidente da CMO, a previsão é votar o relatório de Delcídio até o dia 17, abrindo espaço para a deliberação final, em sessão do Congresso, na semana que antecede o Natal. Na sexta-feira, integrantes da CMO visitaram Santa Catarina para identificar necessidades que possam ser atendidas no Orçamento.

Comissão aprova sistema de crédito cooperativo

A instituição do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O modelo prevê quatro tipos de entidades: cooperativas singulares de crédito, cooperativas centrais de crédito, confederações de cooperativas de crédito e bancos cooperativos.

Conforme o relator, senador Osmar Dias (PDT-PR), a proposta concede às cooperativas todas as condições sociooperacionais para operar no mercado financeiro.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) é autor do projeto de lei complementar (PLS 293/99), que recebeu substitutivo na Câmara.

Segundo Camata, o texto mantém o Banco Central com a função de fiscalizar as cooperativas de crédito, apesar da resistência inicial da instituição. O senador avaliou que, para garantir "estabilidade e confiabilidade" ao sistema, são essenciais a supervisão e a fiscalização por parte do Banco Central.

As cooperativas singulares de crédito devem estimular a formação de poupança, oferecer assistência financeira aos associados e prestar serviços em favor da vocação societária. As operações só serão realizadas com associados.

Já a função das cooperativas centrais de crédito, que poderão ter abrangência interestadual, será organizar os serviços econômicos e assistenciais de interesse das cooperativas singulares afiliadas.

Por sua vez, as confederações deverão coordenar e executar as atividades das associadas, quando a abrangência dos serviços ultrapassar a capacidade dessas cooperativas.

E os bancos cooperativos devem servir como instrumento de acesso das cooperativas ao mercado financeiro e serão organizados sob a forma de sociedades por ações. Os acionistas controladores serão as cooperativas singulares de crédito, as centrais ou as confederações de cooperativas de crédito constituídas.



Osmar Dias (E) relatou o projeto, de autoria de Camata. Jucá (de pé), Dornelles e Virgílio (D) acompanham o debate na CAE

BNDES é autorizado a fazer empréstimo de US\$ 1 bi no BID

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) autorizou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a contrair empréstimo de US\$ 1 bilhão no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Os recursos serão utilizados para financiar médias, pequenas e microempresas. A operação precisa ser autorizada pelo Plenário. O relator, Osmar Dias (PDT-PR), informou que essa é a terceira etapa de um empréstimo total de US\$ 3 bilhões concedido pelo BID. A primeira contratação ocorreu em setembro de 2005, a segunda, em outubro do ano passado – ambas no valor de US\$ 1 bilhão. Osmar Dias afirmou que as empresas que se beneficiarão são as grandes geradoras de emprego no país.

CAE aceita criação da Secretaria Nacional do Teatro

Foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos projeto que cria a Secretaria Nacional do Teatro. O órgão, vinculado ao Ministério da Cultura, será responsável pelo exame e aprovação de projetos da área e pela formulação de políticas para o setor. O texto institui desconto no Imposto de Renda em favor de empresas e pessoas físicas que patrocinarem a produção de obras teatrais. A proposta (PLS 226/08) é resultado de anteprojeto formulado por representantes do setor teatral e foi apresentada por Garibaldi Alves (PMDB-RN), Cristovam Buarque (PDT-DF), Ideli Salvatti (PT-SC) e Osmar Dias (PDT-PR), com parecer favorável de Flávio Arns (PT-PR).

Gabrielli explicará na CAE empréstimo feito pela Petrobras

A situação financeira da Petrobras deve ser discutida esta semana com os presidentes da estatal, José Sérgio Gabrielli, e do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou o presidente Lula – que classificou como "terroristas" as acusações de que a estatal enfrenta problemas de caixa – e o presidente da Petrobras, que declarou que os comentários sobre a empresa são irresponsáveis e "mentirosos".

O debate, que deveria ter sido realizado na semana passada, foi requerido por Arthur Virgílio e Tasso Jereissati (PSDB-CE). Os dois pedem explicações sobre os empréstimos que a Petrobras contraiu recentemente na Caixa (cerca de R\$ 2 bilhões) e no Banco do Brasil (em torno de R\$ 700 milhões). Segundo Virgílio, são recorrentes os comentários de que o custeio da Petrobras aumentou demais e de que não se sabe como a estatal trabalhará com o barril a 50 dólares.

– Queremos discutir isso tecnicamente. Não insultamos ninguém nem tratamos com escárnio a questão – disse Arthur Virgílio.

Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da CAE, ressaltou os impactos da crise financeira internacional sobre o fluxo de caixa da Petrobras, argumentando que é necessário considerar esse contexto ao se avaliar a situação da estatal.

Audiência pública discutirá o aumento de tarifas bancárias

A "elevação absoluta e relativa" das tarifas bancárias entre abril e outubro deste ano será debatida em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em data a ser marcada. Conforme requerimento do senador Renato Casagrande (PSB-ES), serão convidados o diretor de Fiscalização do Banco Central, Alvir Hoffman, e dirigentes do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) e da Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

Casagrande cita notícia do jornal *O Globo* segundo a qual, desde o final de abril, quando os bancos foram obrigados a seguir as novas regras para as tarifas bancárias determinadas pelo Conselho Monetário Nacional, houve aumentos de até 41% para a renovação de cadastro e de até 329% nos serviços de fornecimento de cheques.

decisões

Crescem as chances de reaver bens de criminosos

Projeto aprovado pelo Senado permite o seqüestro de dinheiro, mesmo que de origem legal, que tenha sido empregado na aquisição de bens ilícitos

Juízes, promotores e policiais poderão contar com instrumentos jurídicos mais eficazes para recuperar bens e valores provenientes de crimes, inclusive lavagem de dinheiro. Foi o que decidiu na quarta-feira a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ao aprovar, em decisão terminativa, substitutivo de Osmar Dias (PDT-PR) a projeto de Pedro Simon (PMDB-RS). A matéria seguirá para a Câmara.

Pela proposta (PLS 323/07), uma vez decretado o seqüestro de bens, também poderão ser seqüestrados os recursos empre-

gados na aquisição desses bens, mesmo que tais recursos tenham procedência lícita. O seqüestro também recairá sobre bens e valores repassados a terceiros. A intenção da proposta é flagrar infratores que misturam nos negócios recursos legais e ilegais.

Nos casos de prisão em flagrante pela prática de crime de lavagem de dinheiro, ocultação de bens e valores, e contra a economia popular, o sistema financeiro, a administração pública, a ordem tributária ou a Previdência Social, será fixado pagamento de fiança de mil até

10 mil vezes o valor do salário mínimo de referência.

Aloizio Mercadante (PT-SP), Valter Pereira (PMDB-MS) e Demostenes Torres (DEM-GO) aplaudiram a aprovação do projeto, todos afirmando que a iniciativa dotará o Poder Judiciário, o Ministério Público e a polícia de meios ágeis para recuperar bens adquiridos ilegalmente. A proposta altera os artigos 126, 131, 132 e 325 do Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41) e o artigo 3º da lei que dispõe sobre os crimes de lavagem dinheiro ou ocultação de bens (Lei 9.613/98).



Epitácio Cafeteira (E), Valter Pereira, Marco Maciel, Eduardo Suplicy e Jarbas Vasconcelos na Comissão de Justiça

Prazo para requerer mandado de segurança pode passar a um ano

O mandado de segurança, que hoje pode ser requerido na Justiça em até 120 dias pela parte interessada, poderá ter prazo mais elástico, de até 365 dias. É o que determina projeto de Marco Maciel (DEM-PE) aprovado na quarta-feira, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e que seguirá para a Câmara.

Mandado de segurança é a ação pela qual a pessoa pode acionar a Justiça quando sofrer lesão ou ameaça de lesão a direito considerado líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou por *habeas data*, em decorrência

de ato de alguma autoridade que tenha agido com ilegalidade ou abuso de poder. O prazo de 120 dias é contado a partir da data em que o interessado tiver ciência do ato que o prejudicou.

O projeto original (PLS 368/07) previa a extinção de prazo para a apresentação de mandado de segurança. Mas, convencido por Demostenes Torres (DEM-GO) e Aloizio Mercadante (PT-SP) sobre a necessidade de um prazo para prescrição, ainda que mais elástico, o relator, Valter Pereira (PMDB-MS), com o apoio de Marco Maciel, estipulou o prazo de um ano.

Proibição para motorista novato guiar em rodovia

Os motoristas com menos de um ano de habilitação poderão ser proibidos de dirigir em rodovias, conforme proposta de Aloizio Mercadante (PT-SP) aprovada na quarta-feira passada, em decisão terminativa, pela CCJ.

O senador de São Paulo lembrou que os motoristas hoje só recebem a carteira após um ano de aprovação nos exames de habilitação, desde que não tenham cometido nenhuma infração grave ou gravíssima no período.

VOLTA DE CUBA À OEA

Cuba poderá voltar a fazer parte da Organização dos Estados Americanos (OEA) dentro de alguns anos, previu na quinta-feira o futuro representante brasileiro no organismo, Ruy de Lima Casaes e Silva. A sua indicação para o posto recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e será agora examinada em Plenário.

EMBAIXADOR NA ÁSIA

Outra indicação presidencial aprovada foi a de Edmundo Fujita para o cargo de embaixador brasileiro na Coreia do Sul. Os senadores decidiram ainda aceitar a indicação do atual embaixador no Cazaquistão, Frederico Meyer, para exercer cumulativamente o cargo de embaixador no Turcomenistão e no Quirguistão.

REPRESENTANTE NA ESPANHA

A CRE aprovou Paulo Cesar Campos para o cargo de embaixador do Brasil na Espanha e em Andorra. A questão mais delicada do relacionamento bilateral, segundo ele, permanece sendo a migração. O diplomata disse que não aceitará que brasileiros "sejam tratados como criminosos", mesmo que sejam ilegais.

CELSO AMORIM

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e o vice-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Armando Carvalho, terão de explicar à CRE, por requerimento de Heráclito Fortes (DEM-PI), os riscos de quebra de contratos de financiamento firmados com o banco por países vizinhos.

Cidades maranhenses na área de atuação da Codevasf

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) pode vir a incluir os vales dos rios Itapecuru e Mearim à sua área de atuação. O projeto, do deputado Carlos Brandão (PS-DB-MA), altera a Lei 6.088/74, que criou a empresa pública, e foi aprovada na quarta-feira passada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

Segundo Brandão, a proposta (PLC 148/08) beneficiará 131 municípios maranhenses que têm Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior ao daqueles situados no semi-árido

nordestino. O vale do Itapecuru limita-se a sudeste com a bacia do rio Parnaíba, já atendida pela Codevasf, enquanto o vale do Mearim, a oeste do Itapecuru, fará com que a região permaneça um bloco contínuo, o que facilitará as ações de planejamento e execução do aproveitamento de recursos hídricos, especialmente da agricultura irrigada, disse o deputado.

O relator da matéria, senador Lobão Filho (PMDB-MA), citou dados do IDH Municipal de 2000, os quais apontam o Maranhão com a pior colocação entre os estados.

AUDIÊNCIAS

A Comissão de Infra-Estrutura decidiu ainda realizar duas audiências públicas. A primeira, proposta por Expedito Júnior (PR-RO), será sobre a interrupção das obras da usina de Jirau, no rio Madeira, e as perspectivas de entrada em funcionamento da hidrelétrica, em 2012. A segunda, sugerida por Romeu Tuma (PTB-SP), debaterá a fusão das operadoras de telefonia Oi e Brasil Telecom.

VIAÇÃO

O senador Eliseu Resende (DEM-MG), relator do projeto (PLC 18/00) que modifica o Sistema Nacional de Viação, apresentou à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura o texto que elaborou a partir de projeto aprovado na Câmara dos Deputados. Antes da votação da proposta o assunto será discutido em audiência pública com o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento.

ambiente legal

Bilhões de euros por florestas

A União Européia (UE) apresentou, na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, na Polônia, um plano ambicioso para evitar o desmatamento das florestas tropicais: a doação

de 20 bilhões de euros por ano aos países donos de florestas. O representante da UE, Artur Runge-Metzger, disse que "a idéia é ter zero de desmatamento em 2030".

Proposta de Marina Silva rende frutos

A proposta de criação de um fundo, desvinculado do mercado de carbono, para salvar as florestas foi feita na Conferência de Nairóbi, em 2007, pela então ministra do Meio Ambiente, senadora Marina Silva (PT-AC). Recebida inicialmente com ceticismo, a idéia já gerou alguns projetos, como o Fundo Amazônia, que recebeu recursos da Noruega.

Brasil: metas contra desmatamento

Embora reconhecendo que as metas "são tímidas e podem ser melhoradas", o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou na segunda-feira passada o Plano Nacional sobre Mudança do

Clima, que prevê a redução do desmatamento da Amazônia em 40% até 2010. E o objetivo é que, em 2017, a devastação anual da floresta atinja no máximo 5 mil km² contra os 11,9 mil atuais.

Para Minc, todos são responsáveis

Carlos Minc advertiu que a responsabilidade da preservação do meio ambiente não é só da União, mas também dos governos estaduais e da sociedade civil. Observou que, além de contratar cerca de 3 mil novos fiscais ambientais, o governo federal precisa, entre outras iniciativas, promover a regularização fundiária e aprovar o zoneamento econômico-ecológico. O plano pretende ainda ampliar o uso de biocombustíveis, os programas de reciclagem e a economia de energia elétrica.

Perda do amigo deprime papagaio

O jornal *The Sun* noticiou que um papagaio-cinza da Inglaterra teve que ser medicado com antidepressivo após a morte do dono. Criado por George Dance desde que era filhote, Glum Fred passou a arrancar as penas do pescoço e a balançar a cabeça incessantemente porque, segundo especialistas, não conseguiu entender o desaparecimento do dono. O tratamento foi eficaz.

decisões



Senadores reunidos na quarta-feira: discussão e aprovação de quase duas dezenas de propostas na sessão

Famílias terão ajuda para construir casas melhores

Projeto assegura a quem recebe até três salários mínimos assistência técnica gratuita na hora de edificar sua moradia e regularizar obra

O Plenário do Senado aprovou projeto de lei da Câmara (PLC 13/08) que assegura às famílias com renda mensal de até três salários mínimos assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitações de interesse social, como meio de efetivar o direito à moradia, garantido pela Constituição. A matéria vai agora à sanção presidencial.

De autoria do deputado Zezéu Ribeiro (PT-BA), o PLC determina que a assistência técnica abranja todos os trabalhos do projeto de construção da moradia, ficando

o acompanhamento e a execução da obra a cargo de profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia. Segundo o autor da matéria, praticamente todas as áreas urbanas convivem com números inaceitáveis em termos de déficit habitacional e com a urbanização desordenada, decorrente da falta de orientação técnica.

Além de assegurar o direito à moradia e assistência técnica, a proposta visa aperfeiçoar e tornar mais racional o aproveitamento do espaço construído e ao seu redor, formalizar o processo de

edificação, reforma ou ampliação da habitação perante o poder público municipal, e evitar a ocupação de áreas de risco e interesse ambiental.

A garantia do direito previsto na proposta deve ser efetivada, segundo o texto, mediante apoio financeiro da União aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios. Os serviços de assistência técnica devem ser custeados por recursos de fundos federais direcionados à habitação de interesse social, por recursos públicos orçamentários ou recursos privados.

Projeto do Sacoleiro retorna à análise dos deputados

O projeto de lei da Câmara que institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai, foi aprovado pelo Plenário na semana passada.

Conhecido como Projeto do Sacoleiro (PLC 27/08), o texto permite a importação mediante pagamento unificado de impostos e contribuições federais incidentes na operação, com alíquota total e única de 42,25%.



Serys Shlessarenko

A adesão ao regime é opcional. A matéria retorna agora para nova análise na Câmara.

A relatora na Comissão de Justiça, senadora Serys Shlessarenko (PT-MT), deu parecer favorável, rejeitando todas as emendas, mas depois concordou em votar

conforme os relatórios de Eduardo Suplicy (PT-SP), na CAE, e de Tasso Jereissati (PSDB-CE), na CRE, para respeitar acordo entre as lideranças partidárias.

Agentes de saúde podem ter direito a adicional de insalubridade

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou por unanimidade projeto do senador Expedito Júnior (PR-RO) que caracteriza como insalubre o exercício das atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias.

Agora, o projeto (PLS 477/07) será submetido à Câmara dos Deputados. O relatório favorável coube à senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), para quem o adicio-

nal de insalubridade está previsto na Constituição. São consideradas insalubres as atividades que, por sua natureza, condições ou métodos de trabalho, expõem os empregados a agentes nocivos à saúde de natureza severa e em intensidade elevada.

Para a presidente da CAS, Patrícia Saboya (PDT-CE), a proposta traz justiça a um segmento da sociedade formado por verdadeiros anjos da guarda.

Novo modelo de escolas técnicas passa em Plenário

Os senadores aprovaram projeto que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria 38 institutos federais de Educação Tecnológica em todo o país, sendo que todos os estados serão contemplados com pelo menos uma unidade escolar.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC), relatora do PLC 177/08, do Executivo, explicou que o projeto modifica de forma significativa a estrutura do ensino técnico profissionalizante, ao integrar escolas agrotécnicas federais, centros federais de educação tecnológica, colégios agrícolas e escolas técnicas vinculadas às universidades federais. Isso permitirá que se amplie e padronize o conjunto de cursos oferecidos em cada uma dessas instituições de ensino, que passam a se chamar Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

– Estamos criando um tipo novo de escola, onde, aproveitando a estrutura existente de laboratórios, o corpo docente e técnico, passaremos a ter cursos de educação básica, formação profissional de nível médio e superior, bacharelado, mestrado, doutorado e cursos de licenciatura – disse Ideli.

Mercadante explica por que adiou criação de 2.400 cargos

Aloizio Mercadante (PT-SP) esclareceu que foi motivado pela crise financeira mundial que pediu, na quarta-feira, a retirada da urgência constitucional com que seria votado o projeto de criação de 2.400 cargos de analista de desenvolvimento de políticas sociais no governo (PLC 130/08). “Nós estamos enfrentando a maior crise econômica internacional desde 1929.

Não podíamos votar a matéria sem levar isso em consideração. Pedi que se retirasse a urgência do projeto, para negociar com o governo uma redução dessa despesa”, argumentou.

De iniciativa do presidente da República, a proposta estava sendo encaminhada para votação em regime de urgência pelo próprio líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR).

PROFISSÕES DE SAÚDE BUCAL

Projeto de lei da Câmara (PLC 3/07) que regulamenta o exercício das profissões de técnico em saúde bucal e de auxiliar em saúde bucal, ambas de nível médio, foi aprovado pelo Senado, definindo que essas profissões são exclusivas dos portadores de diplomas ou certificados que atendam às normas do Conselho Federal de Educação e daqueles que são formados por escola estrangeira, com diploma revalidado. Os profissionais deverão, obrigatoriamente, registrar-se nos conselhos Federal e Regional de Odontologia.

MINISTÉRIO PÚBLICO

A remuneração dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) deverá corresponder a um subsídio mensal recebido pelo subprocurador-geral da República, como previsto em projeto acatado pelo Plenário. O PLC 179/08, da Procuradoria Geral da República, foi à sanção.

SABINO E OTTO

Os viadutos localizados no complexo do Anel Rodoviário de Belo Horizonte passarão a ter os nomes dos escritores mineiros Fernando Sabino (no sentido Vitória-São Paulo) e Otto Lara Resende (no sentido São Paulo-Vitória). É o que determina PLC 181/08, aprovado pelo Plenário do Senado na semana passada. O projeto agora vai a sanção presidencial.

TRIBUNAL DO TRABALHO

Relato pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ), o PLC 162/08, que cria 431 cargos de técnico, 229 de analista judiciário e 345 funções comissionadas FC-5 na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região (Rio de Janeiro), foi aprovado pelo Plenário, em votação simbólica. Agora, a proposta será enviada para sanção presidencial.

SERRA DA MERUOCA

Projeto de lei da Câmara que cria a Área de Proteção Ambiental Serra da Meruoca, no estado do Ceará (PLC 112/05), recebeu aprovação dos senadores em Plenário. A proposta, que foi apresentada pelo então deputado Inácio Arruda, hoje senador pelo PCdoB do Ceará, teve como relatora a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) e agora será encaminhada à sanção do presidente da República.

agora é lei

Doações para florestas são isentas de impostos

A Lei 11.828/08, em vigor desde 21 de novembro, reduziu a zero as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins sobre as doações em espécie recebidas por bancos federais destinadas às ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas brasileiras.

A medida vai incentivar as doações de pessoas, países e instituições que desejam apoiar a conservação das florestas. As doações podem ser destinadas à Amazônia, diante da necessidade de redução dos desmatamentos e queimadas na região, como também para a promoção da conservação de outros bio-

mas brasileiros e em outros países tropicais.

Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), divulgados em 2 de dezembro, apontam um crescimento de 3,8% no índice de desmatamento entre os meses de agosto de 2007 e julho de 2008. Entre 2006 e 2007, o instituto registrou 11.532km² de desmatamento, contra os 11.968km² dos últimos 12 meses.

A lei vai beneficiar o Fundo Amazônia, criado pelo Decreto 6.527/08 em 1º de agosto, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A expectativa do governo é receber 1 bilhão de dólares em doações.

decisões



Plenário debate projeto do microempreendedor individual. Nova redação, que volta à Câmara, recebeu votação unânime

Plenário aprova estímulo a microempreendedor

Proposta incentiva a formalização daqueles que faturam até R\$ 36 mil anuais e assegura direito de contribuir para a Previdência Social

Por unanimidade, o Senado aprovou, com emendas, o projeto de lei da Câmara que institui a figura do microempreendedor individual, o que poderá favorecer pessoas que atualmente trabalham no mercado informal (sem carteira assinada ou outro registro de trabalho), com rendimento anual de até R\$ 36 mil.

A proposta (PLC 128/08-Complementar), que teve como relator o senador Adelmir Santana

(DEM-DF), retorna para análise da Câmara.

Pelo projeto, microempreendedor individual é aquele que fatura até R\$ 36 mil anuais e seja optante do Simples Nacional. Esse empresário poderá optar pelo recolhimento dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional em valores fixos mensais, independentemente da receita bruta auferida por mês.

Também estabelece que esses

empreendedores devem fazer a comprovação da receita bruta mediante apresentação do registro de vendas ou de prestação de serviços, ficando dispensados da emissão do documento fiscal. Eles também terão direito à aposentadoria pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) pagando 11% sobre o valor do salário mínimo, o equivalente a R\$ 45,65 por mês, e poderão ter um único empregado que receba um salário mínimo (R\$ 415).

SAÚDE DA FAMÍLIA

O Plenário acolheu mensagem da Presidência da República que autoriza empréstimo do governo federal, de US\$ 83,45 milhões, junto ao Banco Mundial, para financiar parcialmente o Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (Proesf II). O projeto contará com investimentos totais de US\$ 166,9 milhões.

INCLUSÃO SOCIAL NO CEARÁ

Projeto de resolução (PRS 57/08) que autoriza o Ceará a contratar US\$ 240 milhões junto ao Banco Mundial foi aprovado pelo senadores. O dinheiro será usado para financiar parcialmente projetos de inclusão social nas áreas de educação, saúde, gestão de recursos hídricos, abastecimento de água, esgotamento sanitário etc.

Acordo viabiliza votação da Lei do Gás, que volta à Câmara

Após meses de discussão e fruto de amplo acordo entre os partidos, o Senado aprovou a nova Lei do Gás, devolvendo à Câmara dos Deputados, com dez emendas, o PLC 90/07. A votação em Plenário foi simbólica, pois o relatório favorável do senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), já havia passado mais cedo na comissão.

O projeto dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, bem como sobre tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização do produto.

Os pareceres dos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP) e Marconi Perillo (PSDB-GO), respectivamente relatores na CAE e na CI, também haviam sido aprovados. Marconi desistiu de apresentar emendas para

respeitar acordo firmado entre os partidos, o Ministério de Minas e Energia, a Petrobras, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e entidades do setor privado.

Entre as inovações apresentadas pelo texto aprovado na CCJ está a criação de três novos agentes: o consumidor livre ("consumidor de gás natural que (...) tem a opção de adquirir o gás natural de qualquer agente produtor, importador ou comercializador"); o autoprodutor ("agente explorador e produtor de gás natural que utiliza parte ou totalidade de sua produção como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais"); e o auto-importador ("agente autorizado para a importação de gás natural, que utiliza parte ou totalidade do produto importado como matéria-prima ou combustível em suas instalações industriais").

Recriação da Sudeco agora depende dos deputados

Por unanimidade, o Plenário acolheu substitutivo ao projeto do Poder Executivo que recria a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco), extinta em 1990. A nova Sudeco terá por meta promover o planejamento e o desenvolvimento sustentável de toda a região, além de ser um instrumento para fortalecer os setores industrial, agrícola e de serviços. A proposta (PLC 119/06-Complementar), que foi modificada, volta à Câmara dos Deputados.

Com sede em Brasília, a Su-

deco – que servirá aos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás e ao Distrito Federal – também terá por meta, a exemplo das superintendências da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), reduzir os desequilíbrios regionais e sociais. Já existe dotação no Orçamento da União de 2009 para a entidade.

A Sudeco vai elaborar plano regional de desenvolvimento, com vigência de quatro anos, e que será revisado anualmente, para definir objetivos e metas norteadores dos planos, programas e ações na região.

projetos aprovados

De 1º a 5 de dezembro

- ➔ PLC 119/06, da Câmara – Recria a Superintendência do Desenvolvimento Sustentável do Centro-Oeste (Sudeco), extinta em 1990. Proposta volta à Câmara dos Deputados.
- ➔ PLV 29/08, do Executivo – Dispõe sobre operações de redescuento pelo Banco Central e autoriza a emissão de letra de arrendamento mercantil (LAM). Aumenta as possibilidades do BC de socorrer instituições financeiras em dificuldade. O relator-revisor da matéria, Francisco Dornelles (PP-RJ), enfatizou que a medida dá maior liquidez ao sistema financeiro e elimina procedimentos burocráticos. A matéria vai à sanção.
- ➔ PLS 477/07, de Expedito Júnior (PR-RO). Caracteriza como insalubre o exercício das atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate a endemias. Aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), vai à Câmara dos Deputados.
- ➔ PLS 368/07, de Marco Maciel (DEM-PE) – Amplia de 120 para até 365 dias o prazo para se impetrar mandado de segurança, a partir da ciência, pelo interessado, do ato impugnado. Aprovado pela Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ), vai agora à Câmara.

- ➔ PLS 323/07, de Pedro Simon (PMDB-RS) – Estabelece que juízes, promotores e delegados poderão contar com instrumentos jurídicos mais eficazes para recuperar bens e valores provenientes de atividades ilícitas, incluindo aí o crime de lavagem de dinheiro. Aprovado pela CCJ, vai à Câmara.
- ➔ PLC 03/07, da Câmara – Regulamenta o exercício das profissões de técnico e de auxiliar em saúde bucal, ambas de nível médio. Aprovado pelo Plenário, vai à sanção.
- ➔ PLC 112/05, da Câmara – Cria a Área de Proteção Ambiental Serra da Meruoca, no estado do Ceará. Aprovada pelo Plenário, vai agora à sanção.
- ➔ Mensagem 209/08, da Presidência da República – Autoriza o Programa Saúde da Família, do governo federal, a receber empréstimo externo de US\$ 83,45 milhões do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird). Os recursos financiarão parcialmente o Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (Proesf II). O projeto contará com investimentos totais de

US\$ 166,9 milhões.

- ➔ PLC 13/08, da Câmara – Assegura às famílias com renda mensal de até três salários mínimos assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitações de interesse social, como meio de efetivar o direito à moradia, garantido pela Constituição. Aprovado pelo Plenário, vai agora à sanção.
- ➔ PLC 02/08, da Câmara – Cria 431 cargos de técnico, 229 de analista judiciário e 345 funções comissionadas FC-5 na Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 1ª Região (Rio de Janeiro).
- ➔ PLC 128/08, da Câmara – Institui a figura do microempreendedor individual, o que poderá favorecer pessoas que atualmente trabalham no mercado informal (sem carteira assinada ou outro registro de trabalho), com rendimento anual de até R\$ 36 mil. Aprovado pelo Plenário, retoma à análise da Câmara.
- ➔ PLC 90/07, da Câmara – Dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, bem como sobre tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização do produto.

Aprovada pelo Plenário, a chamada Lei do Gás vai agora para nova análise na Câmara, pois dez emendas também foram aprovadas.

- ➔ PRS 57/08 – Autoriza o governo do Ceará a contratar empréstimo externo no valor de R\$ 240 milhões. Esses recursos, do Banco Mundial, serão utilizados para financiar parcialmente o Projeto de Apoio à Inclusão Social e ao Desenvolvimento Econômico do Ceará. Aprovado pelo Plenário e vai à promulgação.
- ➔ PLC 27/08, da Câmara – Institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai. A proposta ficou conhecida como Projeto dos Sacoleiros e permite a importação mediante pagamento unificado de impostos e contribuições federais incidentes na operação, com alíquota total e única de 42,25%. A adesão ao regime é opcional. A matéria volta à Câmara.
- ➔ PLC 177/08, da Câmara – Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os institutos federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Aprovado pelo Plenário, o projeto agora vai à sanção presidencial.

história

O AI-5 faz 40 anos: o que motivou o golpe?

Congresso foi colocado em recesso em 13 de dezembro de 1968. Ato só seria extinto dez anos mais tarde: abertura democrática teria que aguardar

Há 40 anos, no dia 13 de dezembro de 1968, o Brasil era informado pelo locutor da *Voz do Brasil*, em cadeia nacional de rádio, sobre a edição do Ato Institucional 5 (AI-5), quinto de uma série de decretos emitidos nos anos seguintes ao golpe de 1964. O AI-5 acentuou e deu tons de perenidade ao caráter ditatorial do regime militar: fechou o Congresso Nacional e as assembleias legislativas estaduais (oficialmente “em recesso”) e deu ao presidente da República plenos poderes típicos dos tiranos, entre outros, para cassar mandatos eletivos, suspender direitos políticos, demitir ou aposentar juizes e outros funcionários públicos, suspender o *habeas corpus* em crimes contra a segurança nacional e legislar por decreto.

Redigido pelo presidente Artur da Costa e Silva, o ato oficialmente era uma represália à decisão da Câmara, que se negara a conceder licença para que o deputado Márcio Moreira Alves fosse processado por um discurso pedindo ao povo brasileiro que boicotasse as festividades do dia 7 de setembro. Mais ainda, que as moças não namorassem integrantes das Forças

Armadas. Moreira Alves concluía dizendo que “as Forças Armadas se tornaram valhacoutos de bandidos”. Os militares, ofendidos com o teor do pronunciamento, queriam cassar o parlamentar.

A recusa da Câmara em permitir o processo é vista hoje pelos historiadores como a justificativa perfeita que o regime esperava para tornar-se ainda mais duro. É que muitos dos adversários políticos, naquela altura, já haviam optado pela via armada para resistir.

Em outubro de 1967 começaram as primeiras ações armadas da guerrilha urbana em São Paulo, onde operavam grupos das organizações ALN (Aliança Libertadora Nacional) e VPR

(Vanguarda Popular Revolucionária). Em janeiro de 68, houve o primeiro assalto a um banco com finalidade de expropriação financeira para a subversão. Em fevereiro, uma bomba contra o consulado norte-americano em São Paulo.

Com o AI-5, veio a censura à imprensa e às artes e generalizou-se, nos porões do regime, o uso da tortura e até do assassinato. Em resposta, a guerrilha, os atentados e seqüestros praticados por grupos de esquerda se multiplicaram.

Só dez anos mais tarde, o então presidente Ernesto Geisel, penúltimo do ciclo de generais, acabaria com o AI-5 e restauraria a maioria dos direitos fundamentais retirados dos cidadãos brasileiros. Era o início do processo de redemocratização (“abertura lenta, segura e gradual”, como gostava de dizer Geisel), só concluída dez anos depois, com a promulgação da Carta Magna.

Ex-senador e ex-ministro no regime militar, o general da reserva Jarbas Passarinho participou da reunião do Conselho de Segurança Nacional que resultou no AI-5. Ele salienta que o AI-5 não foi editado em função do discurso de Moreira Alves, mas em consequência do “aumento da violência terrorista” durante todo o ano de 1968, como afirmou em seminário realizado pelo Interlegis, em agosto passado. Na sua visão, sem o ato, muito provavelmente a esquerda e a guerrilha teriam tomado conta do país.

– Não foi um ato maniqueísta do mal contra o bem. Não. Continuo interpretando o AI-5 como uma resposta revolucionária aos que, para mim, sem sombra de dúvida, queriam derrubar a Revolução de 64. Carros-bomba, assaltos, assassinatos. Vivíamos uma guerra civil não-declarada. A guerrilha estava nas ruas. Não havia outra saída.

Com guerrilha, “não havia outra saída”, afirma Jarbas Passarinho

O que determinava o AI-5

- Fechou o Congresso Nacional por prazo indeterminado.
- Autorizou o presidente da República, em qualquer dos casos previstos na Constituição, a decretar o estado de sítio e prorrogá-lo, fixando o respectivo prazo.
- Autorizou a intervenção nos estados e municípios.
- Suspendeu a possibilidade de qualquer reunião e manifestações públicas de cunho político. (1)
- Tornou legal legislar por decreto-lei.
- Recrudescceu a censura, determinando a censura prévia, que se estendia à música, ao teatro e ao cinema de assuntos de caráter político.
- Autorizou, após investigação, o confisco de bens de todos os que tivessem “enriquecido ilícitamente” no exercício de cargo ou função pública, inclusive de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- Suspendeu o *habeas corpus* para os chamados crimes políticos.

(1) O ato institucional abordava o assunto assim:

Art. 5º – A suspensão dos direitos políticos, com base neste ato, importa, simultaneamente, em:

- I – cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função;
- II – suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais;
- III – proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política;
- IV – aplicação, quando necessária, das seguintes medidas de segurança:

- a) liberdade vigiada;
- b) proibição de frequentar determinados lugares;
- c) domicílio determinado;



As manifestações se intensificaram durante 1968, acompanhadas pelo endurecimento do regime militar iniciado em 1964. A cada...



...ato institucional baixado, o governo mais se assemelhava a uma ditadura, o que ficou claro a partir de dezembro de 1968,...

...quando o general Costa e Silva (ao lado), então presidente da República, assinou o AI-5. Entre os motivos pontuais, a recusa da Câmara em processar o deputado Márcio Moreira Alves (foto acima) por discursar contra os militares



1968 Os principais fatos que antecederam a decretação do Ato Institucional 5

28 de março

O estudante Edson Luís de Lima Souto, de 17 anos, é assassinado pela polícia no restaurante universitário Calabouço, no Rio (abaixo, foto do velório)



26 de junho

Cerca de 100 mil pessoas ocupam as ruas do centro do Rio de Janeiro e realizam o mais importante protesto contra a ditadura militar até então, a Marcha dos 100 Mil. Dela participam intelectuais, artistas, religiosos e grande número de mães de estudantes

29 de agosto

Invasão da Universidade de Brasília (UnB)

2 de setembro

Discurso de Márcio Moreira Alves contra a invasão da UnB no Plenário da Câmara

3 de setembro

Novo discurso de Márcio Moreira Alves conclamando as famílias a não comparecerem aos desfiles da Semana da Pátria

12 de dezembro

Por 216 votos contrários, 141 a favor e 13 em branco, a Câmara dos Deputados nega o pedido para cassação de Márcio Moreira Alves

13 de dezembro

O governo baixa o AI-5 em caráter excepcional e sem apreciação judicial



Cristovam Buarque
(PDT-DF)

“Lembro bem que tomei conhecimento do AI-5 no Recife, pela televisão. Quando o anúncio foi feito, a sensação era de que estava baixando uma escuridão no Brasil. E a escuridão, depois se percebeu, foi muito maior do que se imaginava. Havia, até o AI-5, a sensação de que o Brasil tinha um regime autoritário, mas que deixava margem a algumas ações dos que eram opositores. A partir daquele dia, sentimos que não havia espaço para a oposição e a tentativa de construir a democracia. Naquele instante, comecei a imaginar que teria de ficar fora do Brasil. Não imaginava que seria tão rápida a minha saída e tampouco que seria tão longa a ausência: por nove anos permaneci no exterior.”



José Sarney
(PMDB-AP)

“Eu era governador do Maranhão. Estava em Campina Grande, para ser paraninfo na Universidade da Paraíba. Após a solenidade, o reitor informou-me sobre a edição do AI-5. Era de abrangência brutal. Acabava o estado de direito. De volta a São Luís, tomei as providências para deixar o governo. Meu desejo era renunciar. Enfrentei a situação e recusei-me a emprestar solidariedade ao AI-5. Fui o único governador que teve essa atitude. Deram aos governadores poderes para criar comissões de investigação, demitir etc. Eu não utilizei nenhum desses poderes. No Maranhão não foi preciso anistia. Ninguém foi punido.”



Pedro Simon
(PMDB-RS)

“Era deputado estadual à época, em Porto Alegre. Sabíamos que o clima era tenso depois do discurso do Márcio Moreira Alves, mas acreditávamos que o incidente estava encerrado, com a recusa da Câmara em autorizar o processo. À noite ouvimos a decretação do AI-5 pelo rádio, na *Voz do Brasil*, que era como a ditadura fazia seus comunicados. A primeira coisa que nos chocou foi constatar que, diferente dos atos institucionais anteriores, o AI-5 tinha validade indeterminada, e que dava ao regime poder absoluto. Vieram então todas as coisas terríveis, as torturas, as cassações, a censura à imprensa. Hoje, sabemos que o ato estava pronto e os militares só esperavam um pretexto para editá-lo.”



Arthur Virgílio
(PSDB-AM)

“Foi um choque para a nação e sobretudo para nós, engajados no movimento estudantil. Queríamos fazer algo, alguma manifestação de protesto. Mas não havia a menor condição. As ruas se encheram de tropas. Veículos militares passavam para baixo e para cima. Prisioneiros sucediam. O Brasil acabava de entrar na fase mais terrível da ditadura. Abria-se a era do terror, das cassações, das torturas, dos assassinatos nos calabouços do regime. Muitos jovens, idealistas, perderam a vida. Meu pai, também Arthur Virgílio, que era líder da oposição, teve cassado o mandato de senador e perdeu os direitos políticos. O dia do AI-5 é para esquecer.”



A visão da esquerda

José Dirceu

“O AI-5 mudou minha vida. Primeiro, a minha vida cotidiana, porque fiquei preso até 7 de setembro de 1969; depois, porque cassaram minha nacionalidade e me baniram do Brasil. Mudou também o país, que paga caríssimo, até hoje, por isso. Quase todas as mazelas políticas, sociais e culturais que temos são fruto da ditadura ter permanecido até 1985. Na verdade, a democracia só foi restaurada, nas condições em que se deu, com a Constituição de 1988.”

Celso Furtado

“O AI-5 me surpreendeu no exterior, e serviu como um aviso de que meu exílio se prolongaria por bem mais do que os dez anos da cassação de meus direitos políticos.”

Lula

“O Ato 5 deve ser visto como um reinado de terror, de agressão à democracia. Constatar que esse monstro ditatorial é hoje quase inacreditável traz conforto, que nos faz sentir o quanto nossa luta tem valido a pena e o quanto de avanço já conseguimos acumular.”

A visão da direita

Jarbas Passarinho

“A esquerda armada prolongou o regime de exceção. Nós tínhamos diante dos olhos uma contra-revolução montada. Foi nesse quadro que surgiu esse discurso inexpressivo do Márcio Moreira Alves na Câmara. (...) Aquilo não tinha a menor importância. Mas os militares não sabiam da desimportância e ficaram indignados com as palavras do jovem deputado. Por que ele dizia aquilo? A resposta está num livro que ele mesmo escreveu em 1973, já no exílio (*Um grão de mostarda – O despertar da revolução brasileira*). Ele diz: “Todas as minhas atividades parlamentares haviam sido uma longa e concatenada provocação (...). As ligações que tínhamos com os movimentos de esquerda eram as mais diversas, mas ligava-nos um ódio comum ao regime e ao papel de bobo da corte que nos havia sido reservado (...). Sentíamos que um confronto armado acabaria por ser imposto aos que desejassem mudar as estruturas sociais do Brasil (...). Dai a necessidade de destruir as estruturas legais utilizadas pelo regime (...). A violência é uma escolha que fazemos quando todas as outras desaparecem.”



Senador Aloizio Mercadante (à esquerda, no centro) acompanha palestras durante o Fórum Senado Debate, na última quinta

Fórum: exploração do pré-sal enfrenta desafio

Experiência de países em desenvolvimento favorecidos com grandes jazidas de petróleo revela impactos negativos nas economias locais, alertam especialistas

A descoberta de petróleo na camada pré-sal – localizada a 7 mil metros de profundidade no Oceano Atlântico, em uma área que vai de Santa Catarina ao Espírito Santo – deve ser motivo de comemoração, mas também de cautela: a experiência de países em desenvolvimento favorecidos com grandes jazidas revela impactos negativos nas economias locais a partir da injeção dos lucros gerados pela exploração petrolífera. O alerta foi feito por Nina Todorova Budina, economista do Banco Mundial, e por Roberto Rigobon, professor do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (EUA), no 4º Fórum Senado Debate Brasil, destinado a discutir os desafios do pré-sal.

Nina Budina discutiu os problemas decorrentes de economias baseadas em recursos naturais, como o petróleo, nas quais a excessiva entrada de moeda estrangeira eleva os preços dos produtos nacionais, inviabilizando a exportação desses recursos e incenti-

vando as importações. O processo pode gerar a desindustrialização do país, advertiu a especialista, lembrando também o risco de aumento de desvios de recursos públicos e de corrupção.

A economista discutiu ainda problemas resultantes da grande volatilidade dos preços mundiais do petróleo. Ao falar das dificuldades enfrentadas por países como a Nigéria, ela alertou para a necessidade de adoção de mecanismos que reduzam os riscos de dependência da economia às oscilações de preços da commodity, como controles por meio de política fiscal e maior rigor no déficit público.

Rigobon apontou a necessidade de controle de gastos atrelados às receitas geradas pelo petróleo. Segundo o professor, se elas forem alocadas apenas para cobrir despesas correntes, o país

poderá vivenciar uma situação de fartura a curto prazo, mas deverá enfrentar problemas no futuro. Ele defendeu a manutenção de fundos de estabilização, como ocorre na Noruega, e a adoção de regras para fortalecer a poupança nacional a partir dos recursos obtidos com o petróleo.

O especialista citou problemas constantes dos contratos firmados no setor, como a frequência de renegociações e as violações de contratos.

Ao considerar inevitável a existência de falhas nos contratos, ele defendeu a criação de fóruns específicos para gerenciar “situações extraordinárias”. Para o especialista, os contratos já deveriam prever condições de renegociação e reconhecer o papel das entidades responsáveis por mediar os entendimentos entre governos e empresas privadas e governos.

Debate no Senado reuniu especialistas internacionais na área

Proposta de fundo soberano é criticada por especialistas

O projeto de lei que cria o Fundo Soberano do Brasil (FSB) peca por pretender, ao mesmo tempo, promover investimentos, formar poupança pública, reduzir efeitos de crises econômicas e fomentar projetos estratégicos, afirmou Marcelo Piancastelli, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Também crítico da proposta, Márcio Garcia, professor da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, considera que faltam ao país requisitos básicos para operar um fundo soberano: superávit em conta corrente e superávit fiscal.

Os economistas participaram

do painel de debates que examinou os desafios macroeconômicos para a exploração de petróleo na camada pré-sal. Garcia disse considerar que o fundo só poderá operar com eficiência “quando começarem a entrar as receitas do pré-sal”, o que estaria previsto para ocorrer em 2017.

Piancastelli considerou que, atualmente, inexistem as condições macroeconômicas necessárias para viabilizar a medida. Para ele, a proposta do Executivo (PLC 164/08), que tramita no Senado após ter sido aprovada na Câmara, também é falha por não definir mecanismos que assegurem transparência quanto

às modalidades de investimento dos recursos.

– Esperamos que o Senado modifique a legislação aprovada na Câmara, que tem objetivos múltiplos não bem definidos, é pouco clara e transfere para regulamentação posterior aspectos essenciais de um fundo soberano – frisou o representante do Ipea.

Para Márcio Garcia, o país deve evitar o erro de “colher o que ainda não plantou”, ou seja, começar a gastar hoje, contando com as receitas que poderão vir a ser geradas no futuro com a extração do petróleo da camada pré-sal.

Mercadante pede calma na discussão

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) recomendou que o Brasil desenvolva com bastante calma as etapas legais e operacionais da exploração da camada pré-sal, para se beneficiar de forma duradoura da renda obtida. Para tanto, será necessário evitar os erros de países como os Estados Unidos, a Inglaterra e a Indonésia, que entregaram a exploração ao setor privado, vindo a tornarem-se dependentes da importação do produto.

De acordo com o senador, que preside a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) – onde o

assunto está sendo estudado –, seria prudente discutir o novo marco regulatório do petróleo sem a urgência dos que acham que o trabalho na camada pré-sal está atrasado. Mercadante disse que “o horizonte de exploração dessa área é de cerca de 35 anos”. Ele informou que o governo deve finalizar em um mês sua proposta de marco regulatório.

Mercadante pediu a utilização criteriosa da renda em capitalização da Petrobras, investimentos no parque de exploração e refino e em setores como educação e poupança.

É preciso primeiro definir a forma de exploração, diz Virgílio

Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que o Brasil precisa definir como será feita a exploração do petróleo da camada pré-sal, para depois discutir como ocorrerá a aplicação dos recursos advindos da atividade, em benefício de toda a população.

Esse debate, segundo o senador, deveria ainda estar atrelado a uma proposta de reforma tributária, e não a projetos isolados que defendem a utilização da riqueza a ser gerada pelas jazidas para a redução das desigualdades regionais do país.



Arthur Virgílio defende debate sobre o tema atrelado à reforma tributária

O parlamentar também alertou para a exploração da província representar um enorme desafio para a Petrobras, tendo em vista a atual escassez de crédito externo provocada pela crise financeira global.

Casagrande sugere revisão do modelo energético brasileiro

O senador Renato Casagrande (PSB-ES) afirmou que a descoberta na camada pré-sal, embora dê uma sobrevida maior do que se esperava à sua exploração, também coloca o Brasil diante de um desafio ambiental, uma vez que se trata de uma fonte de energia muito agressiva ao meio ambiente.

– O modelo que nós temos hoje fracassou social e ambientalmente. Nós temos que refletir sobre o modelo de desenvolvimento que nós queremos: sobre teor e perfil de consumo – disse o senador, que é relator da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas.

Dornelles prevê recursos escassos para investir nas reservas

Com a queda do preço das commodities, a desaceleração da economia mundial e a redução do crédito, conseguir investimentos para exploração da camada pré-sal “se transformou numa verdadeira missão de guerra”, afirmou Francisco Dornelles (PP-RJ).

Para o senador, a drástica mudança do cenário econômico nos últimos meses exigirá do país, além de capacidade técnica e vontade política, muita criatividade e ousadia para identificar fontes de recursos necessários para financiar a extração de petróleo em águas profundas. Esse novo desafio, disse, também afetou a agenda de debates no Legislativo.

Delcídio defende modelo atual de concessões

O debate sobre a exploração da camada pré-sal deve ser feito “com o pé no chão, de modo maduro, equilibrado, sereno e plantado pelo bom senso”, recomendou o senador Delcídio Amaral (PT-MS). Segundo o parlamentar, temas como a redistribuição dos royalties da atividade petrolífera aos estados atrapalham a priori o debate sobre o pré-sal, tendo em vista que a exploração da

jazida representa um desafio para o país em termos tecnológicos e de equipamentos.

Delcídio ressaltou ainda que o modelo atual de concessões para a exploração é “exitoso e tem funcionado bem”. Para ele, qualquer alteração na Lei 9.478/97, que dispõe sobre a política energética nacional, exigirá uma análise “aprofundada” para não atrapalhar os planos dos investidores.

debates

Juristas sugerem fim de prisão especial para diplomados

A prisão especial para pessoas que possuam diploma de nível superior poderá deixar de existir, de acordo com sugestão dos juristas da comissão externa criada para elaborar o anteprojeto do Código de Processo Penal – CPP (Decreto-Lei 3.689/41).

Segundo o consultor legislativo Fabiano Augusto Silveira, não há justificativa constitucional para a garantia de prisão especial a detentores de diploma de nível superior.

– Não há uma conexão entre temas, isso fere o princípio da igualdade – destacou.

Isso não quer dizer, explicou o consultor, que a comissão pretenda acabar com o instituto da prisão especial, a ser utilizada na hipótese de prisão de autoridades e de integrantes

de órgãos de segurança pública. No caso de autoridades, a medida seria necessária, uma vez que se trata de preservação do cargo, e não da pessoa.

Os juristas também discutiram o instituto da prisão preventiva, concluindo pela obrigatoriedade de reexame periódico da decisão judicial, para verificar se persistem os motivos da prisão. Fabiano Silveira destacou que atualmente não há controle

sistemático sobre as razões que motivaram a detenção. Há jurisprudência no sentido de que a permanência de uma pessoa presa nessa condição não seja superior a 81 dias, que equivalem à soma dos prazos de todos os atos processuais. Mas não há previsão legal desse limite, ressalta o consultor.

Não há justificativa para garantia do instituto, diz consultor

Audiência discute regras para publicidade de bebidas alcoólicas

A possibilidade de regulamentação da publicidade de bebidas alcoólicas no país dividiu as opiniões dos palestrantes convidados para uma audiência pública sobre o tema promovida na quarta-feira pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e pela Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

De um lado, representantes do meio acadêmico e do governo opinaram pela regulamentação. De outro, representantes da indústria e do setor de publicidade ressaltaram a defesa da liberdade de expressão. Os senadores presentes manifes-

taram simpatia em relação à regulamentação.

Para a advogada Ana Paula Dutra Massera, chefe da Unidade de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a publicidade deveria seguir parâmetros específicos, como a restrição do horário de exibição dos anúncios de bebidas.

O presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja, Milton Seligman, disse que os três principais fatores determinantes do aumento do consumo de cerveja seriam a renda disponível, o preço do produto e o clima.

Esporte nas escolas é consenso em audiência

Especialistas defendem o investimento em práticas esportivas nas escolas durante debate sobre o desempenho da delegação brasileira em Pequim

Em matéria de esporte, o fundamental é investir em práticas esportivas nas escolas, concluíram os especialistas convidados para participar de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O encontro discutiu o desempenho da delegação brasileira nas Olimpíadas de Pequim, realizadas em agosto passado, e as políticas públicas para o esporte olímpico. Segundo os senadores Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Renato Casagrande (PSB-ES), que pediram a discussão do tema, os resultados obtidos pelo Brasil na competição

foram muito modestos, frente aos crescentes investimentos públicos.

Para o técnico da Seleção Brasileira Masculina de Voleibol, Bernardo Rezende – o Bernardinho –, é importante investir na prática do esporte nas escolas, além de incentivá-lo, porque, com isso, os jovens aprendem várias lições, como o valor da disciplina para alcançar objetivos.

A importância da educação física nas escolas também foi defendida pelo presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Carlos Arthur Nuzman.

O membro da Assembléia Geral

do Comitê Olímpico Brasileiro e da Corte Arbitral do Esporte em Lausanne (Suíça), Alberto Murray Neto, pediu a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar o repasse de verbas para o esporte olímpico brasileiro. De acordo com Murray Neto, relatório do Tribunal de Contas da União sobre o COB indica superfaturamento de até 1.000%.

Para Ana Moser, ex-jogadora de vôlei da seleção brasileira e atual presidente do Instituto Esporte e Educação, é necessário criar um plano nacional para o esporte que atenda de fato ao cidadão.

Exigência de licitação para portos é polêmica

Ao contrário de senadores como Kátia Abreu (DEM-TO) e Gerson Camata (PMDB-ES), que criticam o recente decreto do governo federal que regulamenta a exploração dos portos brasileiros, Ideli Salvatti (PT-SC) defende essa norma. A divergência foi evidenciada durante audiência pública conjunta das comissões de Serviços de Infra-Estrutura (CI) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) na quinta-feira.

Kátia Abreu reiterou protestos do setor empresarial ao declarar que a exigência de licitação para investimentos privados no setor, contida no decreto, vai “afastar completamente” a iniciativa privada dos portos. Gerson Camata disse que o decreto “restringe e inibe qualquer investimento”. Já Ideli argumentou que a licitação, nesses casos, seria uma obriga-



O ministro Pedro Brito (E), ao lado de Neuto de Conto e de Fernando Fialho, da Antaq: licitação visa acabar com gargalos nos portos que operam com contêineres

ção prevista na Constituição.

Segundo o secretário especial de Portos da Presidência da República, ministro Pedro Brito do

Nascimento, a intenção é acabar com os gargalos existentes nos portos que operam com contêineres.

homenagens

Sessão lembra os 20 anos do assassinato de Chico Mendes

Para marcar os 20 anos do assassinato do seringueiro, líder sindical e ambientalista Chico Mendes, ocorrido em 22 de dezembro de 1988, o Congresso Nacional realizou sessão solene com a presença dos ministros da Justiça, Tarso Genro, e do Meio Ambiente, Carlos Minc, e do secretário especial dos Direitos Humanos, ministro Paulo Vanuchi. Na tribuna, os ministros chamaram a atenção para o fato de que a violência continua a ser usada ainda hoje contra os defensores da Floresta Amazônica.

Tarso Genro informou que nesta quarta-feira a Comissão de Anistia estará no Acre para

julgar o pedido da família de Chico Mendes para considerá-lo anistiado político.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, reiterou seu compromisso com os ideais e a luta do sindicalista.

Marina Silva (PT-AC), parceira de Chico Mendes nas lutas dos seringueiros dos anos 80, afirmou que aquele assassinato, à época visto como uma derrota desses trabalhadores, hoje pode representar uma vitória, pela amplitude conquistada pelo movimento ambientalista do qual Chico Mendes era líder.

Cristovam Buarque (PDT-DF) propôs uma vigília do Congresso



Marina Silva, parceira do sindicalista nas lutas dos seringueiros nos anos 80, diz que movimento liderado por Chico Mendes conquistou amplitude após sua morte

em defesa da preservação da Floresta Amazônica e da soberania brasileira sobre a região.

Participaram também da sessão a viúva de Chico Mendes, Ilzamar

Mendes, e seus filhos, além do fundador da Aliança pelos Povos da Floresta, Ailton Krenak, do ex-governador do Acre Jorge Viana e da atriz Lucélia Santos.

POVO PALESTINO

Sessão solene do Congresso Nacional, requerida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), comemorou na semana passada o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, comemorado em 29 de novembro. Parlamentares e autoridades diplomáticas pediram, de forma unânime, a criação de um Estado palestino.

CONFEA

O Senado homenageou na quinta-feira passada os 75 anos do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), a pedido do presidente da Frente Parlamentar da Engenharia no Senado, Marcelo Crivella (PRB-RJ). Ele pediu que os profissionais ligados ao Confea lutem por moradia digna para todos.

acessibilidade



Maurício de Souza (em pé) ao lado de personagens criados por ele e do ator Marcos Frota na sessão em Plenário. Alunos de escolas do DF lotaram o Salão Negro, onde assistiram a apresentação teatral

Semana dedicada à pessoa com deficiência

Segundo Flávio Arns, 100 milhões de brasileiros têm algum familiar com limitação física ou mental

Na abertura da IV Semana de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência do Senado Federal, senadores pediram avanços no apoio a essa parcela da população. Na presidência da sessão, Alvaro Dias (PSDB-PR) homenageou quem trabalha em prol do que tem deficiência na pessoa de Flávio Arns (PT-PR).

Serys Shlessarenko (PT-MT) afirmou “já estar comprovada a capacidade dessas pessoas especiais”. Eduardo Suplicy (PT-SP) destacou a abrangência da legislação nacional e as iniciativas do Senado para dar acessibilidade a todos.

Aloizio Mercadante (PT-SP) citou seu projeto (PLS 295/04) que reserva vagas para portadores de deficiência nos programas de qualificação profissional. Marcelo Crivella (PRB-RJ) elogiou a força das pessoas com deficiência, “a maior lição” que pode haver.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) cobrou o incentivo às potencialidades de quem tem “diferenças em relação às pessoas comuns”. Pedro Simon (PMDB-RS) disse que os cidadãos considerados normais freqüentemente “não têm olhos e ouvidos” para os brasileiros que sofrem com limitações diversas. Flávio Arns lembrou que esses cidadãos são 25 milhões, ou seja, 100 milhões têm algum familiar em condições especiais.

Paulo Paim (PT-RS) cobrou a aprovação, na Câmara, do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência. Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que, entre os portadores de deficiência, os analfabetos ficam esquecidos. “E o mais grave é que essa deficiência é perfeitamente superável com um mínimo de esforço”, disse. Marconi Perillo (PSDB-GO) elogiou a reserva de vagas em concursos públicos para essas pessoas.

Parceria entre Senado e STF, teatro e música marcaram evento este ano

O Senado vai servir como modelo para que o Supremo Tribunal Federal (STF) desenvolva seu programa de inclusão de pessoas com deficiência. A parceria foi firmada pelos presidentes do Senado, Garibaldi Alves Filho, e do STF, Gilmar Mendes, durante a IV Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência. Realizado desde 2005, o evento tem a presença de artistas e representantes de movimentos sociais, para discutir a inclusão desses cidadãos.

O ator Marcos Frota declarou que o Senado está inspirando todo o Brasil a promover a acessibilidade.

Este ano, mais de 800 alunos de escolas do DF assistiram, no Salão Negro do Congresso, a peças de teatro e apresentações musicais. A peça *Deixa eu pintar o meu nariz* foi apresentada pela Companhia Língua de Trapo. Dorinha, uma deficiente visual,

e o cadeirante Luca, personagens do cartunista Mauricio de Sousa, criador da Turma da Mônica, encenaram a peça *Mundo azul*. Os personagens especiais aparecem como pessoas normais, brincando e brigando no dia-a-dia.

Houve ainda sessão de autógrafos, distribuição de cartilhas e material de divulgação.

A banda brasileira Zaktar, formada por músicos com deficiência que se encontraram em aulas de musicoterapia, tem sete anos e se prepara para o lançamento de um DVD. Para o vocalista da banda, Niltinho Legal, a música é um dos melhores instrumentos para a inclusão, por ser uma linguagem universal.

– Através da música a gente fala o que a gente sente. O nosso respeito pelas pessoas e o respeito que a gente precisa ter das pessoas vêm com a música. A gente espera que a inclusão não fique só aqui – encorajou.



Inácio Arruda tem seu discurso traduzido para a Linguagem Brasileira de Sinais: Senado aplica medidas em prol da acessibilidade de todos os cidadãos

Falta de qualificação dificulta entrada no mercado de trabalho

O empresariado tem procurado pessoas com deficiência para atender à Lei de Cotas, mas não encontra profissionais qualificados. A constatação foi feita durante o debate sobre empregabilidade da pessoa com deficiência.

Para cumprimento da lei, empresas com mais de cem funcionários devem contratar pessoas com algum tipo de deficiência. Assim, os empresários estão promovendo a

capacitação dessas pessoas.

O cadeirante e estudante Eduardo Purper pediu a valorização dos deficientes por sua capacidade, e não apenas pela exigência legal das cotas. O deficiente visual Paulo Brandão, funcionário do Senado, encara sua deficiência como algo desafiador, que trouxe a ele a “eficiência da disposição”. Luciano Campos vai trabalhar no Senado com a ajuda de um cão-guia.



Entre empresários e especialistas, Flávio Arns (de barba) comanda a audiência pública sobre empregabilidade da pessoa com deficiência

Aposentadoria especial é de difícil obtenção

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) foi criticado por não reconhecer as atividades que causam riscos à vida e à saúde dos trabalhadores.

– Eles criaram uma série de obstáculos para não garantir essa aposentadoria especial – alertou o presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS).

Ele explicou que não há lei que trate das possibilidades de aposentadoria especial para quem desempenha atividades insalubres, perigosas ou penosas. Por isso, apresentou projeto (PLS 413/08) para preencher a lacuna legal. Apenas algumas categorias, citadas em lei, recebem o benefício.

Paraatletas denunciam preconceito

Os paraatletas também reclamam da falta de acessibilidade e do preconceito.

Para o nadador Clodoaldo da Silva, a pessoa com deficiência não necessita de piedade, mas de oportunidade. Ele criticou ainda a má gestão do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), que impede que mais atletas sejam beneficiados.

O corredor Lucas Prado lamentou a falta de patrocínio e a atleta Shirlene Coelho, a falta de reconhecimento e apontou impedimentos ao paraesporte no Brasil. O cavaleiro Marcos Fernandes Alves denunciou a falta de acessibilidade na Praça dos Três Poderes, bem como no Senado.

institucional



Foto de Alessandro de Souza (E) ficou com o primeiro lugar no quesito plástica, e de Joel Rodrigues, no mérito

Divulgados vencedores de concurso de fotografias

O meio ambiente no Planalto Central foi o tema de trabalhos apresentados por servidores, terceirizados e estagiários dos órgãos do Legislativo federal

O Concurso de Fotografias do Legislativo Federal, com tema “O Meio Ambiente no Planalto Central”, teve o resultado divulgado na sexta-feira, com premiados em duas categorias. A primeira, “mérito”, considerou imagens significativas sobre denúncias de práticas nocivas ao meio ambiente ou de ações pela preservação ambiental. Já a categoria “plástica” levou em conta aspectos estéticos.

Joel Rodrigues da Silva, servidor do Senado, ficou com o primeiro lugar no quesito mérito.

Rogério Alves de Souza, também do Senado, e João José de Castro Júnior, da Câmara, foram segundo e terceiro colocados. Os servidores da Câmara Alessandro Shirlei de Souza, Alessandro Luiz Escudero e Roberta dos Santos Oliveira foram, respectivamente, primeiro, segundo e terceiro colocados na categoria plástica. Os três vencedores de cada categoria embolsarão prêmios de R\$ 1.500, R\$ 1.000 e R\$ 500. Os dez primeiros colocados receberão certificados de participação. Haverá uma exposição posteriormente.

Foram inscritas, a partir de setembro, 159 fotos feitas por funcionários, terceirizados e estagiários do Senado, da Câmara e do Tribunal de Contas da União (TCU). Os trabalhos passaram pelo crivo de um júri popular, via internet, e por um júri técnico.

O concurso foi promovido em parceria pelos programas Senado Verde, EcoCâmara e o TCU Ecologicamente Correto. A premiação em dinheiro foi patrocinada pelo Sindicato dos Servidores do Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis).

Escolhidas premiadas do Bertha Lutz

O Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz já escolheu as cinco mulheres, entre 55 indicadas, que serão agraciadas com o prêmio no dia 8 de março de 2009, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher. São elas a embaixadora da Boa Vontade pela Unesco, Lily Marinho; a juíza Sônia Maria Amaral Ribeiro; a jornalista, atriz e poeta

Elisa Lucinda Campos Gomes; a secretária-geral do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Cléa Anna Maria Carpi; e a coordenadora do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Neide Castanha. A ex-primeira-dama Ruth Cardoso será homenageada *in memoriam*.

PRESIDÊNCIA DO SENADO

A bancada de 20 senadores do PMDB na Casa decidiu, na semana passada, que terá candidato à Presidência do Senado para o biênio 2009/2010. Segundo o líder do partido, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), ainda não foi definido quem será o candidato, mas já é possível antever três ou quatro possibilidades. Ele acrescentou que o fato de Tião Viana (PT-AC) já estar em campanha não é uma desvantagem estratégica para o PMDB.

PREFIXO TELEFÔNICO

O prefixo telefônico 3311, utilizado pelo Senado Federal, mudou para 3303. A alteração ocorreu por motivos técnicos, e até o dia 31 de janeiro todas as ligações efetuadas para o prefixo antigo serão transferidas automaticamente para o 3303. Após essa data, pelo prazo de três meses, as ligações feitas para o 3311 serão interceptadas por uma caixa postal, com uma mensagem sobre o novo número.

presidência

Mantega fala sobre economia e envio de propostas ao Congresso

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, conversou, na terça-feira passada, com o presidente do Senado, Garibaldi Alves, e com os líderes partidários sobre a crise financeira global e reconheceu que, nos próximos meses, o Brasil assistirá a uma redução de sua atividade econômica. Ao sair do Senado, contudo, indagado pela imprensa se o Brasil crescerá menos que 3% no próximo ano, respondeu: “não acredito”.

Mantega esteve no Senado para anunciar às lideranças

partidárias o envio ao Parlamento de uma medida provisória, um projeto de lei complementar e três projetos de lei perdendo as dívidas, de até R\$ 10 mil, de pessoas físicas e empresas inscritas no cadastro da dívida ativa da União desde dezembro de 2003.

– São medidas destinadas a simplificar bastante a vida do contribuinte brasileiro. É um novo modelo de gestão da dívida ativa brasileira. Faz uma limpeza no cadastro e diminui os custos da cobrança – disse o ministro.

DESEMPREGO

Garibaldi Alves afirmou que, na atual crise econômica, a última providência de um empregador deve ser demitir. Questionado por que a Vale demitiu 1.300 funcionários e colocou outros 5.500 em férias no mesmo dia em que o presidente Lula disse que a economia brasileira continua em expansão, Garibaldi comparou o otimismo presidencial com o pensamento do ministro da Fazenda, Guido Mantega.

– Nós acreditamos que o presidente da República e o ministro podem estar sintonizados de alguma maneira, mas sentimos que há alguma diferença no sentimento de um e de outro.

INDEPENDÊNCIA

Segundo Garibaldi Alves, a solução do governo de substituir por um projeto de lei a medida provisória que anistia as entidades filantrópicas sob investigação fortaleceu a atitude de independência do Poder Legislativo, “que tem a sua altivez e não pode se dobrar”.

– Com relação a algum questionamento ou equívoco do projeto, isso pode ser facilmente reparado por meio de emendas. O importante é que não prevaleceu a medida provisória – disse.

ENTENDIMENTO

Sobre a possibilidade de o PMDB eleger os presidentes das duas Casas do Congresso, no início da próxima sessão legislativa, Garibaldi Alves disse que o Senado é a Casa do entendimento. Isso, explicou, prevalece, mesmo que, pelo direito garantido às maiorias, nada impeça o PMDB de comandar as duas Casas, visto que é majoritário.

– Aqui é a Casa em que a disputa, muitas vezes, não prevalece. Vamos ver se as divergências desaparecem até 31 de janeiro.

EDIÇÃO DE MPS

Garibaldi Alves voltou a condenar o abuso na edição de medidas provisórias (MPs) na noite da solenidade do Prêmio Congresso em Foco, na segunda-feira passada. O senador afirmou que, das 104 sessões deliberativas realizadas este ano, 75 tiveram a pauta trancada por MPs.

– Nós não podemos mais ficar a reboque nem do Poder Executivo e nem do Poder Judiciário – disse o presidente do Senado.

CONGRESSO MUNDIAL

Ao discursar, na quarta-feira passada, na terceira edição do Congresso Mundial de Engenheiros, realizado pela primeira vez no Brasil, Garibaldi Alves disse que a engenharia, a arquitetura e a agronomia são algumas das categorias profissionais mais influentes na melhoria do bem-estar dos cidadãos, pois propiciam desdobramentos positivos no desenvolvimento nacional e mundial.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudía Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Helival Rios
Direção de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro
Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos, Thâmara Brasil e Valter Gonçalves Jr.
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes e Sylvio Guedes.
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

Para rever os clássicos com Artur da Távola

Coletânea de DVDs preparada pela TV Senado traz 12 programas *Quem Tem Medo da Música Clássica?*, que o ex-senador apresentou na TV Senado

A TV Senado lança, nesta terça-feira, coletânea de DVDs com o programa *Quem Tem Medo da Música Clássica?*, veiculado pela emissora e apresentado pelo ex-senador Artur da Távola, que faleceu em maio deste ano. Foram selecionados 12 dos 160 programas produzidos desde 1999. A coletânea faz parte das atividades do Ano Cultural Artur da Távola.

A coletânea está dividida em dois kits, cada um com três DVDs. Em cada disco há duas edições do programa, sendo que no primeiro de cada kit há um vídeo especial com o perfil do ex-senador. A coleção é acompanhada de pesquisa sobre o programa e da última entrevista do ex-senador.

Foram selecionadas obras de compositores como George Gershwin, Ernesto Lecuona, Joaquin Rodrigo, Georges Bizet, Giacomo Puccini, Agustín Barrios Mangoré, Alberto Ginastera, Maurice Ravel, Manuel de Falla,



Artur da Távola apresentou o programa até maio deste ano, quando faleceu. Linguagem simples ajudava a entender as grandes obras da música erudita

Isac Alberniz, Gerardo Matos Rodríguez e Peter Tchaikovsky.

Idealizado e apresentado por Artur da Távola, o programa será veiculado até o final deste ano pela TV Senado. Desde o mês de maio, quando faleceu, o *Quem Tem Medo da Música Clássica?* é reprisado aos sábados. Em 2006, o ex-senador recebeu, pela iniciativa, o prêmio Personalidade do Ano, conferido pela Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA), na

categoria Música Erudita.

Como o nome do programa sugere, a intenção é desmitificar a música erudita, pela apresentação ao telespectador dos detalhes das composições. Por meio de linguagem simples, descontraída e didática, Artur da Távola buscava discorrer sobre histórias e fatos que contribuíram para a construção da obra à época de sua elaboração, além de explicar a técnica musical e a apresentação do espetáculo.

ROOSEWELT PINHEIRO

Prefeito de Itajaí falará sobre as enchentes em Santa Catarina

As enchentes em Santa Catarina, que provocaram a morte de mais de cem pessoas e deixou milhares de desabrigados, teve também uma grave dimensão econômica, com a destruição de parte da infra-estrutura do estado, inclusive do porto de Itajaí.

Quais foram as causas da catástrofe? Como evitar ou pelo menos amenizar a ocorrência de fenômenos semelhantes? Quais os efeitos a curto, médio e longo prazos para Santa Catarina? O que está sendo feito para ajudar

a população afetada e para recuperar a economia?

Essas e outras perguntas serão feitas na entrevista especial do *Conexão Senado*, com a participação de senadores, especialistas e do prefeito de Itajaí, uma das cidades mais afetadas pela catástrofe.

Conexão Senado

Senado FM e OC: segunda-feira, 8/12, às 8h

Internet: segunda-feira, 8/12

Em debate, a reunião do Copom sobre juros

Nesta terça-feira, o Comitê de Política Monetária (Copom) definirá a taxa de juros Selic. O *Senado Economia* discutirá os reflexos da decisão na vida do país em conversa com o economista Carlos Eduardo de Freitas.

Ele foi diretor da área externa do Banco Central no governo José Sarney e um dos responsáveis pelo programa de desestatização e saneamento dos bancos estaduais no governo Fernando

Henrique Cardoso. Hoje é consultor e professor licenciado da Fundação Getúlio Vargas.

Carlos Eduardo de Freitas também falará sobre a crise financeira e seus efeitos no Brasil e no mundo.

Senado Economia

Senado FM: segunda-feira, 8/12, às 7h30

Internet: sexta-feira, 5/12

Uma entrevista com Mauricio de Sousa

Em um dia atribulado, em que veio ao Senado, o desenhista Mauricio de Sousa, maior vendedor individual de quadrinhos do mundo, fez uma proposta à equipe do programa *Estação da Mídia*: "Eu falo com vocês, mas vai ter de ser nos intervalos entre os demais compromissos que eu já assumi". Assim nasceu a primeira entrevista em movimento do programa que discute o mundo da comunicação.

Pelos corredores do Senado,

em um diálogo bem-humorado, o criador da Turma da Mônica fala sobre o trabalho que completará 50 anos em 2009 e sobre o lançamento da Turma da Mônica Jovem. A entrevista trata ainda dos projetos do quadrinista em novos suportes de mídia, como a internet.

Estação da Mídia

Senado FM: terça, 9/12, às 7h30

Internet: terça-feira, 9/12

Rádio Senado debate as funções do Ministério Público

As funções do Ministério Público a partir da Constituição de 1988 devem ser debatidas no próximo *Fique por Dentro da Lei*. O presidente do Movimento do Ministério Público Democrático, Roberto Livianu, debaterá o assunto. Ele está lançando o

livro *20 anos da Constituição - Ministério Público e cidadania: 20 casos emblemáticos*.

A obra, lançada pela Imprensa

Oficial do Estado de São Paulo, aborda casos notórios nos quais a atuação do MP garantiu o exercício dos direitos da cidadania.

Fique por Dentro da Lei - Senado FM e OC: segunda-feira, 8/12, às 10h

Internet: segunda-feira, 8/12



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial - Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).

NET, TVA e Video Cabo

TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite: B1

Transponder: 11 A2

Polarização: horizontal

Frequência: 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite: B1

Transponder: 1 Banda Estendida

Polarização: vertical

Frequência: 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L):

1.505,75 MHz

Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110

Áudio: 1211

PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate: 3,2143Ms/s

FEC: 3/4

Como sintonizar

FM

Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz

Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Corrupção

"Periodicamente, vemos notícias de atos corruptos praticados por políticos, servidores públicos e até por pessoas incumbidas de preservar o cumprimento das leis. São ações bem planejadas, como recebimento de propinas, obtenção de vantagens pessoais e desvio de verbas públicas. Esses fatos nos incomodam, pois são demonstração da falta de ética e moral de muitos seres humanos, que, quando têm a oportunidade de manipular recursos, riquezas e outros meios relacionados ao poder, acabam se desviando dos preceitos da responsabilidade e principalmente dos preceitos divinos. Conseqüentemente, os efeitos da corrupção na política se refletem na vida de cada cidadão, pois o que é desviado do seu destino correto faz falta na ampliação dos serviços essenciais à vida humana. Poderíamos ter mais e melhores postos de saúde, hospitais, creches, escolas, melhor infraestrutura das cidades, nordestinos beneficiados e, enfim, um país melhor. Portanto, almejamos medidas eficazes no combate às ações depredadoras dos recursos públicos pertencentes ao povo brasileiro. Não conseguiremos ter zero por cento de corrupção em nosso país, mas dá para diminuir bastante. É só se interessar e a gente pode alcançar bons resultados."

Izaías Miranda dos Santos, de Taguatinga (DF)

Mais 0800

"Por que os senhores não propõem o funcionamento de um 0800 para a Justiça Eleitoral e para a Justiça comum?"

Edmundo Cintra de Lima, de Itiúba (BA)

Reeleição

"Peço ao presidente da República que, na reforma política, seja

permitida somente uma reeleição para o mesmo mandato (e nada mais) de vereador, deputado, senador, prefeito, governador e presidente. Assim, se renovaria necessariamente a representação popular e se daria chance a mais brasileiros de representarem os anseios da população."

Franz Josef Hildinger, de Praia Grande (SP)

Concurso público

"Sugiro a criação de um projeto de lei que proíba a realização de concurso municipal em época de eleição, pois os candidatos poderão comprar as pessoas garantindo uma boa pontuação em troca de votos."

Marcio dos Santos da Silva, de Delmiro Gouveia (AL)

Descaso da União

"Estou envergonhada com as leis do nosso país. A Previdência Social não tem feito nada para salvar a população da pobreza. Meus apelos à Comissão de Direitos Humanos do Ministério da Justiça também são ignorados. Será que a morte de um brasileiro causada pelo descaso da União é um privilégio para o país?"

Sueli Aparecida Benedito, de Três Rios (RJ)

Monarquia

"Manifesto-me favorável à monarquia no Brasil. É um sistema bom, justo e honesto."

Carlos Gean Pereira Gonzaga, de São Gonçalo do Piauí (PI)

Polícia violenta

"Solicito providências do Congresso Nacional quanto a atos praticados por alguns dos policiais da guarda civil do estado de São Paulo, que estão espancando crianças moradoras de ruas em nossa capital."

Marcos Antônio da Silva, de Capão da Canoa (RS)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

frases



Sou polícia, já falaram que é um caso de polícia, e não duvido nada [reajuste dos aposentados]. Falaram em confisco, eu falaria em estelionato. Não se tira direito de ninguém. Quando se reivindica alguma coisa sabemos que conseguiremos ou não, mas com direito não se mexe

Romeu Tuma, criticando a perda do poder de compra dos benefícios previdenciários.

Acho que o desemprego deve ser a última providência de um empregador

Garibaldi Alves, preocupado com notícias recebidas do ministro da Fazenda, Guido Mantega, de que poderia haver férias coletivas e outras medidas restritivas da atividade industrial.

O Brasil corre o risco de um calote gigantesco

Alvaro Dias, alertando que, depois do Equador, é a vez de Hugo Chávez, Evo Morales e Fernando Lugo (presidentes de Venezuela, Bolívia e Paraguai) determinarem auditoria na dívida externa de seus países, para não pagarem o que devem ao governo brasileiro.

Estamos falando muito e votando pouco. Votar é mais importante que falar

Gerson Camata, propondo mais agilidade nos trabalhos legislativos do Senado.

Nosso respeito é enorme e profundo pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral [Carlos Ayres Britto], mas fico preocupado quando ele diz que tudo correu com normalidade. Em meu estado, a fraude correu solta

Geraldo Mesquita Júnior, sobre as denúncias de fraudes nas últimas eleições no Acre.

Espero que a Funasa, que já está sendo chamada de "Afundação Nacional de Saúde", realmente tenha jeito

Mozarildo Cavalcanti, ao pedir a criação de uma CPI para investigar denúncia de desvios de recursos na fundação.

O ambiente de discussão do Orçamento está permeado pela crise financeira, sem precedentes na história, que, sem dúvida alguma, acabará atingindo o Brasil, mesmo que colateralmente

Delcídio Amaral, relator do projeto do Orçamento de 2009, anunciando que os parlamentares devem reduzir suas expectativas de aumento nos valores das emendas que apresentaram.



FOTOS: GERALDO MAGELA

Hoje foi plantada a candidatura. Um dia ela vai brotar

Valdir Raupp, sobre a decisão unânime da bancada do PMDB de que terá candidato à Presidência do Senado para o biênio 2009/2010.

É um desafio para a Humanidade resolver esse problema, e não será resolvido sem um Estado palestino independente. A solução para resolver a diáspora de um povo [os judeus] não pode provocar a diáspora de outro povo [os palestinos]

Cristovam Buarque, na sessão solene do Congresso que comemorou o Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino.



pergunte ao senador

Dúvidas sobre a reforma tributária

"Quem ganha e quem perde com a reforma tributária?"

Dennys e Silva Mayer, de Sumé (PB)

O senador **Marconi Perillo (PSDB-GO)** responde:

O governo federal enviou um projeto de lei que ainda está sendo debatido na Câmara dos Deputados, mas, mesmo antes de ele chegar ao Senado, já tenho algumas dúvidas em relação à proposta. Eu não vejo nenhuma medida que

represente a simplificação e a desoneração tributária.

A proposta federaliza o ICMS, e isso significa a quebra do pacto federativo, colocando, de uma vez por todas, prefeitos e governadores de pires na mão para conseguir recursos junto ao Executivo. Os estados perdem a liberdade de legislar sobre questões tributárias.

Além disso, segundo a proposta oficial, cessariam os incentivos fiscais que possibilitam às regiões mais pobres ou em processo de desenvolvimento agregar valor a suas matérias-primas, aos seus produtos, e de usar esses mecanismos de redução de impostos estaduais para promover o crescimento de suas regiões.

A proposta acaba com os incentivos sem oferecer uma alternativa através de recursos de um fundo, por exemplo, que possa ter capitalização assegurada e fazer face às demandas por crescimento do setor industrial.

Eu citaria essas preocupações, meu caro Dennys, antes mesmo de analisar com mais profundidade a proposta do Poder Executivo que em breve estaremos discutindo.



Mudar de nome é possível. Saiba como

Nem sempre as pessoas mantêm os nomes escolhidos pelos pais no nascimento. Casos de mudança de nomes, apesar de trabalhosos, são comuns. Os motivos variam, mas devem ser bem justificados para que a alteração seja feita. Veja neste *Especial Cidadania* quando é possível fazer a alteração

É preciso provar que há constrangimentos ou problemas

A Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73) determina que os oficiais do registro civil não aceitem prenomes que possam expor as pessoas ao ridículo. Se os pais insistirem, o caso pode ser submetido

a decisão judicial. Mesmo assim, é comum encontrar pessoas com nomes que lhes causam constrangimentos ou problemas. A lei fixa que, no primeiro ano depois de atingir a maioridade civil, aos 18 anos, a

pessoa poderá alterar o prenome, desde que não modifique os sobrenomes.

Em qualquer hipótese, é preciso provar que a mudança no nome não será usada para evitar compromissos jurídicos, finan-

ceiros, entre outros. Essa certeza pode ser provada por meio de certidões negativas da Justiça Federal, Justiça estadual, juizados especiais, cartório e distribuidor de protestos.

Veja os outros casos possíveis para mudança de nome ou sobrenome

Erro de grafia

A correção de erros de grafia (letras trocadas ou repetidas), segundo a Lei de Registros Públicos, poderá ser feita no próprio cartório onde o interessado foi registrado, por meio de petição assinada por ele próprio ou procurador. Alguns exemplos de nomes que podem ser corrigidos são Creusa, que tem Cleusa como grafia correta, e nomes estrangeiros, como Washington, difíceis de serem grafados corretamente nos cartórios.

Substituição por apelidos públicos notórios

A Lei 9.708/98, que modificou a Lei de Registros Públicos, prevê essa possibilidade. É possível substituir o primeiro nome pelo apelido, acrescentar o apelido antes do primeiro nome ou inseri-lo entre o nome e o sobrenome. A mudança acontece por processo administrativo, desde que haja testemunhas de que a pessoa é conhecida por aquele apelido. Exemplos famosos são os do presidente da República, que acrescentou Lula ao seu nome original (Luiz Inácio da Silva), e da apresentadora de televisão Xuxa, que se tornou Maria da Graça Xuxa Meneghel. Recentemente, o sambista Neguinho da Beija-Flor acrescentou o nome artístico e agora assina Luiz Antônio Feliciano Neguinho da Beija-Flor Marcondes.

Mas a nova legislação ressalva que não é admitida a adoção de apelidos proibidos por lei. Segundo Tânia Mara Ahualli, juíza de Direito em São Paulo e professora da Escola Paulista de Magistratura, esses apelidos proibidos são os que têm alguma conotação ilegal ou imoral e o bom senso recomenda que eles não sejam integrados ao nome. Ela explica ainda que também não são aceitos apelidos adquiridos na prática criminosa, como no caso do criminoso Escadinha, bandido famoso pelo tráfico de drogas, cujo apelido a família não pode inserir no nome por estar ligado a um elemento ilícito.

Quando fica evidenciada a exposição da pessoa ao ridículo

Neste caso, a alteração do nome poderá ser requerida a qualquer tempo, de acordo com a advogada Alessandra Amato, pós-graduada em Direito Civil e Direito Processual Civil. A petição deve ser apresentada à Vara de Registros Públicos com justificações bem fundamentadas sobre as razões pelas quais o nome e/ou sobrenome causa constrangimento. Alguns exemplos dados pela juíza Tânia Mara Ahualli são a combinação de prenomes e sobrenomes, como a que acontece em Caio Pinto; nomes regionais ou com características socioculturais, caso de Raimunda; tradução de nomes estrangeiros, como Aides e Sergey; e nomes de família que expõem ao ridículo, como família Bobo e família Brega. Há ainda nomes resultantes da junção de dois nomes (dos pais ou avós) que podem apresentar resultado esdrúxulo, como Daslanje (junção de Dário e Solange) ou Dinair (Dina e Jair).

Homonímia (nome igual ao de outra pessoa)

O interessado deve pedir a retificação para inserir sobrenomes e não para mudar o prenome, diz Tânia Mara Ahualli. Ela explica que a homonímia pode causar problemas financeiros, quando se trata de pessoas que dão golpes no mercado e têm o mesmo nome de quem quer mudar o nome. Depois de comprovado que os processos não pertencem ao interessado na mudança do nome, afirma a juíza, é perfeitamente possível a mudança de seu nome para evitar futuros problemas.

Mudança de sexo

A alteração do nome por motivo de mudança de sexo não foi admitida durante muito tempo. Atualmente, segundo a juíza Tânia Mara Ahualli, há decisões autorizando até a mudança do sexo no registro civil. A justificativa principal, diz ela, foi a autorização da operação de mudança de sexo pela rede pública de saúde. O raciocínio é o seguinte: se o Estado autorizou a mudança e transformou homem em mulher, o Estado também deveria permitir a mudança de nome e de sexo no registro de nascimento. Mas a questão é polêmica entre os magistrados, afirma a juíza.

Pela adoção

De acordo com o Código Civil, explica a advogada Alessandra Amato, com a decisão favorável à adoção, o adotado pode assumir o sobrenome do adotante e pode ainda, a pedido do adotante ou do adotado, modificar seu prenome, se for menor de idade.

Vítimas e testemunhas

A Lei 9.807/99, que instituiu o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas, prevê a substituição do prenome, e até do nome por colaborar com a apuração de um crime. A mudança pode ser determinada em sentença judicial, ouvido o Ministério Público. A alteração poderá estender-se ao cônjuge, companheiro, filho, pai ou dependente que tenha convivência habitual com a vítima ou testemunha.

A lei determina ainda que, cessada a coação ou ameaça que deu causa à alteração, a pessoa protegida pode solicitar ao juiz que volte a adotar seu nome original, conforme sua certidão de nascimento.



Abecê Nogueira, Antônio Dodói, Naída Navinda Navolta. Criatividade não falta a pais brasileiros

O etnógrafo Mário Souto Maior lançou na década de 1970, pela Fundação Joaquim Nabuco, o livro *Nomes próprios pouco comuns - Contribuição ao estudo da antropônimo brasileira*. Com prefácio de Carlos Drummond de Andrade, a obra traz um levantamento de nomes estranhos de brasileiros encontrados em diversas fontes, como guias telefônicos, jornais e publicações de órgãos do governo.

Drummond analisa que "o nome próprio extravagante é motivo de riso, que faz sofrer seu portador em benefício do fígado

alheio, mas sua motivação é sociológica e psicologicamente séria". Drummond ressalta ainda que, "na hora de colar ao filho uma etiqueta para toda a vida, não só a imaginação se põe a trabalhar. Entram no jogo o espírito religioso, a definição política, a fascinação por supostos heróis do dia, o desejo de transferir ao recém-nascido virtudes e glórias de um modelo prestigioso, pela identidade onomástica".

Veja alguns nomes, e as respectivas fontes, que Drummond destaca em seu

prefácio da obra de Souto Maior:

Abecê Nogueira; Barrigudinha Seleida; Eclesiaste Cardeal da Costa; Gilete Queiroga de Castro; José Amâncio e Seus Trinta e Nove. Citados em Onomástica, Waldemar Valente. Recife, *Diário da Noite* (23/9/1966).

Antônio Dodói; Antônio Manso Pacífico de Oliveira Sossegado; Magnésia Bisurada do Patrocínio; Naída Navinda Navolta Pereira. *Equipe*, Recife.

D'Artagnan Pascal. *Guia dos Radioamadores Brasileiros*. Brasília, 1973.

Francisco Facada Sargento de Cavalaria. *Miçangas*, Afrânio Peixoto. Rio de Janeiro, 1931.

Getúlio Subirá. *Guia dos Telefones da Zona da Mata Mineira*, 1967/8.

Prodador de Marichá e Marimé (Junção de "produto do amor de Mariano Chagas e Maria Amélia"). *Nomes Curiosos*, Domingos Vieira Filho. São Luís, MA, *O Imparcial*, 29/8/1973.

Veneza Americana Derecife. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13/10/1987, secção I, parte II, pág. 402.